

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

FERNANDA MARTINS VIANA

**TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs) E
DEMOCRACIA**

Dissertação apresentada ao Instituto de
Ciência Política da Universidade de Brasília
como requisito parcial para obtenção do título
de mestre em Ciência Política.

Orientador: Carlos Marcos Batista

BRASÍLIA – DF

2006

FERNANDA MARTINS VIANA

**TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs) E
DEMOCRACIA**

Dissertação apresentada ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciência Política.

Banca Examinadora

Orientador:

Professor Doutor Carlos Marcos Batista
Universidade de Brasília

Membro:

Professor Doutor Paulo César Nascimento
Universidade de Brasília

Membro:

Professora Doutora Maria Alexandra Viegas Cortez da Cunha
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Brasília, 28 de novembro de 2006.

Ao Paulinho e ao Carlos, incentivadores dessa
e de tantas outras caminhadas.

AGRADECIMENTOS

Aproveito o espaço para agradecer àqueles que me apoiaram nessa aventura. Obrigada imensamente à minha turma do mestrado, ao Instituto de Ciência Política (IPOL), aos amigos da Caixa Econômica Federal (CAIXA), ao pessoal do Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas (NP3) e ao pessoal do Instituto Brasileiro de Estudos Políticos (IBEP). Agradecimentos especiais aos membros da Banca Examinadora, Paulo César Nascimento e Alexandra Viegas Cortez da Cunha, pelas sugestões ao trabalho.

Obrigada a minha nova e querida família, Dariu, Cristiane e Giovanna e tantos outros do brasão Castro. Gratidão especial a minha família de sempre, tios e tias, primos e primas. Em especial, agradeço à Almerinda Batista. Além disso, agradeço enormemente a admiração de Robison Luiz, a amizade de Cintia Varão e a companhia agradabilíssima, espontânea e bem-humorada de Emerson Batista.

Repito aqui muito dos agradecimentos de trabalhos anteriores, o quê demonstra a persistência, o carinho e o amor que tais pessoas dedicam a mim. Para muitas delas sou uma das razões de suas vidas e isso eu não terei como retribuir nunca, senão com excessiva gratidão, carinho e amor.

É o caso de minha mãe Lourd Martins, a quem agradeço sinceramente por acreditar que daria certo, mesmo nos momentos em que eu já não acreditava mais. Sempre vitoriosa, mostrou-me força e coragem. Ela colocou-me novamente no mundo, deu-me a luz que eu

precisava para confiar que chegaria ao fim desse trabalho. Outro exemplo de dedicação e a quem agradeço enormemente é meu irmão Felipe Viana, que me acalentou com sua persistência. Virtude admirável, ainda mais em um garoto. Como se não bastasse a paciência, meu neném ajudou-me imensamente na coleta de dados aqui apresentados. Quando eu pensava em desistir, ele espontaneamente permanecia acordado noite a dentro, numa interminável procura por informação nos *sites*.

Não poderia deixar de agradecer também ao meu pai Francisco Viana que passa grande parte seus dias pensando se estou bem e se tenho conseguido realizar meus sonhos. E é por isso que eu sou imensamente grata!

Como deixar de agradecer ao invocado professor Carlos Batista. Sua impaciência me é sempre provocativa. Ele me aceitou em sua vida como se aceita um filho pródigo. Cada passo meu, desde então, é devidamente acompanhado, verdadeiramente orientado. Obrigada a esse verdadeiro guia. Toda gratidão é pouco perto da benção que é tê-lo em minha vida.

E como um delicioso recheio que se desfruta ao final, agradeço ao meu grande amor, esposo e amigo Paulo Castro. A graça e a plenitude de sua companhia dão sentido a tudo que faço. Obrigada pela harmonia e serenidade. Com você por perto as coisas simplesmente dão certo. Sem fórmulas mágicas, mas com ingredientes indispensáveis, amor e companheirismo. Obrigada!

RESUMO

BATISTA, C.; VIANA, F. **Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e Democracia**. Dissertação apresentada ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política. Universidade de Brasília, 2006.

A consideração de que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) promovem transformações na sociedade não permite conclusões de que tais mudanças são necessariamente positivas. Ao contrário, é justificado o aumento no número de estudos na área, que buscam identificar a medida dessas modificações, suas vantagens, desvantagens e sua apropriação pelas formas de organização já existentes na sociedade. Entretanto, é ponto pacífico que todas essas alterações indicam um novo escopo de relações e comportamentos sociais. E, nesse contexto, a democracia tende a incorporar esses novos mecanismos referenciados. O presente trabalho tem por objetivo estudar a relação das Tecnologias de Informação e Comunicação e a democracia. Para tanto, é dividido em duas etapas fundamentais: (1) a análise da bibliografia contemporânea referente à democracia, a fim de identificar qual o lugar das TICs na mesma; e (2) o estudo dos canais de interação oferecidos pelo Programa Comunidade Virtual do Poder Legislativo (Interlegis), com o propósito de compreender como as TICs atuam na prática democrática vigente. O conceito de democracia trabalhado é o de democracia contemporânea, entendida como um arranjo institucional utilizado para a tomada de decisão.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologias de Informação e Comunicação; Democracia.

ABSTRACT

BATISTA, C.; VIANA, F. Information and Communication Technologies (ICTs) and Democracy. Dissertation presented to the Political Science Institute at the University of Brasília as a partial requirement for Master degree in Political Science. University of Brasília, 2006.

Considering the Information and Communication Technologies (ICTs) as transformation promoters in the society does not allow a conclusion that such changes are necessarily positive. In contrast, the increase in the number of studies in the area is justified as they search to identify these modifications, its advantages, disadvantages and its appropriation by the existing forms of organization in the society. However, it is a pacific point that all these changes indicate new kinds of relations and social behaviors and that democracy tends to bring these new referred mechanisms do debate. The main goal of this study is to identify the relation between Information and Communication Technologies and Democracy. It is divided in two basic stages: (1) the analysis of contemporary democracy bibliography and (2) the study of the interaction offered by the Programa Comunidade Virtual do Poder Legislativo (Interlegis). The concept of democracy used in this research is contemporary democracy, understood as an institutional arrangement for the decision making process.

KEYWORDS: Information and Communication Technologies, ICTs, Democracy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Procedimento metodológico	42
Ilustração 2 – Demonstração da análise e intersecção de espaços intersubjetivos.....	44
Ilustração 4 – Espaços intersubjetivos da teoria democrática contemporânea e das TICs...	54
Ilustração 5 – Diagrama de caixa das variáveis investigadas	60
Ilustração 6 – Ocorrência de informação institucional nos <i>sites</i> investigados	63
Ilustração 7 – Ocorrência de informação processual nos <i>sites</i> investigados	64
Ilustração 8 – Ocorrência de informação interativa nos <i>sites</i> investigados	65
Ilustração 9 – Ocorrência de informação de acesso a outros meios de comunicação nos <i>sites</i> investigados	66
Ilustração 10 – Ocorrência de informação de prestação de contas nos <i>sites</i> investigados ...	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Método de Escolha <i>versus</i> Opinião Pública	37
Tabela 2 – Variáveis coletadas e rótulos	48
Tabela 3 – Categorias das variáveis agrupadas e rótulos	50
Tabela 4 – Informação sobre a existência de <i>sites</i> de câmaras municipais brasileiras, de acordo com intervalos populacionais (%)	59
Tabela 5 – Informação sobre a existência de <i>sites</i> de câmaras municipais brasileiras cadastradas ao Interlegis em relação ao total de municípios brasileiros, de acordo com intervalos populacionais (%)	59
Tabela 6 – Estimadores (%)	61
Tabela 7 – Ocorrência das variáveis estudadas (%)	61
Tabela 8 – Ocorrência das variáveis estudadas (%)	62

LISTA DE SIGLAS

ABONG	Associação Brasileira de Organizações Não-governamentais
CAIXA	Caixa Econômica Federal
CMSI	Cúpula Mundial para a Sociedade da Informação
DI	Diferença entre os quartos
IBEP	Instituto Brasileiro de Estudos Políticos
ICTs	<i>Information and Communication Technologies</i>
Interlegis	Programa Comunidade Virtual do Poder Legislativo
IPOL	Instituto de Ciência Política
NP3	Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas
ONGs	Organizações Não-governamentais
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	17
1.1 DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA	17
1.2 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	29
1.3 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E DEMOCRACIA	35
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	42
2.1. INVESTIGAÇÃO TEÓRICA	43
2.2 INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA	46
3 ANÁLISE DOS RESULTADOS	52
3.1 INCORPORAÇÃO DAS TICS PELA TEORIA	52
3.1 PAPEL DAS TICS NA PRÁTICA DEMOCRÁTICA	58
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	75
APÊNDICE A – Ocorrência das variáveis por estado	78
APÊNDICE B – Ocorrência das variáveis por região	79
ANEXO A – Existência de <i>sites</i> legislativos municipais brasileiras.....	80
ANEXO B – Ocorrência das variáveis estudadas, em 2004.....	81

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo estudar a relação entre as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e a democracia, a partir da investigação de dois aspectos centrais: a inclusão das TICs no debate democrático pela teoria e a utilização desses novos instrumentos na prática democrática.

Manuel Castells afirma que “uma nova sociedade surge quando e se uma transformação estrutural puder ser observada nas relações de produção, de poder e de experiência” (CASTELLS, 1999, p.416). Nesse sentido, (i) a percepção de uma nova economia informacional e global; (ii) as divisões sociais entre os que têm e os que não têm acesso às novas Tecnologias de Informação e Comunicação; e (iii) a organização do Estado com o uso dessas tecnologias para informar, disseminar e até mesmo prestar serviços ratificam o surgimento de um novo arranjo social, de uma nova sociedade que tem a informação como fator diferencial.

O advento das TICs atinge o Estado¹. Afinal, como aponta Castells em “A Galáxia da Internet”:

¹ Cabe ressaltar, que a consideração de que o Estado incorpora as novas tecnologias, em geral remete à informatização de serviços, ao chamado governo eletrônico. Entretanto, o foco do estudo é outro. Nele pretende-se analisar o caráter político das TICs e não apenas modernização burocrática. Nos serviços de governo eletrônico, o Brasil apresenta avanços significativos, um exemplo é o pagamento do Imposto de Renda, hoje amplamente informatizado. O governo brasileiro dispõe de um portal “e-gov”, onde apresenta as principais diretrizes e políticas do governo federal pertinentes ao governo eletrônico, software livre e, em menor medida, inclusão digital. No endereço, é possível acompanhar os trabalhos de um Comitê do Governo Eletrônico e realizar consultas a serviços públicos digitais disponíveis na administração pública federal. Para mais informações, consultar a página *web* [http:<www.governoeletronico.org.br>](http://www.governoeletronico.org.br)

As sociedades mudam através de conflitos e são administrados por políticos. Uma vez que a Internet está se tornando um meio essencial de comunicação e organização em todas as esferas de atividade, é óbvio que também os movimentos sociais e o processo político a usam, e o farão cada vez mais, como um instrumento privilegiado para atuar, informar, recrutar, organizar, dominar e contra dominar. O ciberespaço torna-se um terreno disputado (CASTELLS, 2001, p.114).

As esferas legislativas de representação, fóruns de discussão e entidades civis organizadas são principalmente sensíveis aos avanços das TICs, em especial a Internet². Os legislativos locais e nacionais passam por um intenso movimento de informatização, com ampla modernização e difusão de informações para os representados, com apelo das diversas instâncias governamentais e não-governamentais.

Essas últimas incorporaram-se indubitavelmente ao espaço digital. Tomando por base a pesquisa realizada em 2005 pela Associação Brasileira de Organizações Não-governamentais (ABONG), sobre o perfil das ONGs no Brasil, constata-se uma difusão das TICs no setor, sendo que 96,5% das ONGs utilizam a Internet. A pesquisa mostra ainda que o meio eletrônico é o mais utilizado pelas ONGs para interagirem com a sociedade, sendo a página eletrônica a forma mais citada, 64,3% dos casos (ABONG, 2005).

A consideração de que as TICs promovem transformações na sociedade, entretanto, não permite conclusões de que tais mudanças sejam necessariamente positivas. Ao contrário, é justificado o aumento no número de estudos na área, que buscam identificar a medida dessas modificações, suas vantagens, desvantagens e sua apropriação pelas formas de organização já existentes na sociedade.

Entretanto, é ponto pacífico que todas essas alterações indicam um novo escopo de relações e comportamentos sociais. E, nesse contexto, a democracia tende a incorporar esses

² As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) englobam diversos mecanismos tecnológicos, tais como televisão, celular, rádio etc. Entretanto, a Internet, como instrumento de interação, é a mais marcante deles.

novos mecanismos referenciados. Como afirma Benjamin Barber, em sua obra “Pasi3n Por La Democracia”:

Sem d3vida, as inova33es no campo da comunica33o e da tecnologia da informa33o oferecem novas oportunidades t3cnicas (...) para refor3ar a educa33o c3vica e aumentar a comunica33o deliberativa direta entre os cidad3os (BARBER, 2006, p.217, tradu33o nossa).

3 nesse contexto que o presente trabalho se desenvolve. Nele pretende-se estudar o papel das Tecnologias de Informa33o e Comunica33o na democracia. Para tanto, o trabalho ser3 dividido em duas etapas fundamentais: (1) a an3lise da bibliografia contempor3nea referente 3 democracia, a fim de identificar qual o lugar das TICs na mesma; e (2) o estudo dos canais de intera33o oferecidos pelo Programa Comunidade Virtual do Poder Legislativo (Interlegis), com o prop3sito de compreender como as TICs atuam na pr3tica democr3tica vigente.

O conceito de democracia aqui trabalhado 3 o de democracia contempor3nea, entendida como um arranjo institucional utilizado para a tomada de decis3o. Nesse sentido, a democracia n3o 3 considerada como um ideal a ser alcan3ado. 3 tida como um meio, um procedimento que tem por base a competi33o pelo voto dos envolvidos (SCHUMPETER, 1984, p.304). A delimita33o do estudo 3 democracia contempor3nea deu-se pela necessidade de estabelecer um recorte claro, frente 3 amplitude da teoria democr3tica.

Da mesma forma, a escolha do Interlegis justifica-se pela necessidade de analisar um exemplo pr3tico de utiliza33o das TICs para o aprimoramento da democracia. A proposta do Programa Comunidade Virtual do Poder Legislativo 3, exatamente, promover a intera33o entre representante e representado, por meio do uso das Tecnologias de Informa33o e Comunica33o. Conforme defini33o dispon3vel em seu portal, o Interlegis 3 um programa que:

Cria um canal de comunicação entre legisladores de todos os níveis, democratiza o acesso a informações necessárias ao desempenho do processo legislativo, desenvolve tecnologias de informática para apoiar a modernização do Poder Legislativo e é um poderoso meio de ligação dos legisladores com a sociedade (INTERLEGIS, 2006).

Além das razões anteriormente citadas, o interesse em estudar o tema decorre também do contato com a pesquisa “Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), para a melhoria da governabilidade local” (BATISTA, 2003), que examinou características das condições de utilização das TICs em cinco países da América Latina: Brasil, Uruguai, Peru, Equador e México, nos quais foram examinadas características de governabilidade no nível local. Como consequência desse trabalho, foi desenvolvido o “Estudo da presença de fatores indicativos de governabilidade nos *sites* das câmaras municipais brasileiras” (BATISTA e VIANA, 2004), além de outros, hoje vinculados ao grupo de estudos sobre o tema no Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília³.

Uma das evidências dos trabalhos é que há um crescimento nítido do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação por órgãos legislativos e executivos na divulgação de informações legislativas. É possível destacar, por exemplo, que dos municípios brasileiros acima de 50 mil habitantes, 59,9% possuem *site* do poder legislativo local (BATISTA e VIANA, 2004, p.25). O contato mais intenso com o tema permite verificar também que tais mudanças são vivenciadas no Brasil, bem como em outros países da América Latina⁴.

³ O grupo foi formado em 2003 por alunos do Instituto de Ciência Política, sob a coordenação de Batista, com o objetivo de estudar as Tecnologias de Informação e Comunicação nas Ciências Sociais, mais especificamente na Ciência Política.

⁴ Para mais informações sobre o nível de utilização das TICs na América Latina como instrumento de prestação de contas e promoção da transparência, consultar a monografia “Estudo da divulgação de contas públicas e fatores indicativos de transparência nos ‘sites’ dos governos municipais latino-americanos” (BATISTA e CASTRO, 2004).

Todas essas conclusões permitiram reflexões mais aprofundadas acerca do impacto das TICs na sociedade e no Estado e culminaram na pergunta que guia o este trabalho: qual é a relação dessas novas tecnologias e a democracia?

O presente trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro deles, que tem como propósito revisar a bibliografia utilizada na elaboração desta dissertação, será definido o conceito de democracia contemporânea vigente. Para a definição desse conceito, recorre-se aos autores Joseph Schumpeter, Bernard Berelson, Robert Dahl, Harry Eckstein e Giovanni Sartori. A abordagem desenvolvida pelos autores citados é tida por Carole Pateman como dominante, sendo amplamente aceita no meio acadêmico, “aceita de maneira tão ampla que se poderia chamá-la de doutrina ortodoxa” (PATEMAN, 1992, p.9).

Ainda no primeiro capítulo, são definidos também os principais termos pertinentes ao estudo dessas novas tecnologias nas Ciências Sociais, dentre eles, Tecnologia da Informação e Comunicação, Sociedade da Informação e Inclusão Digital. Ao fim dessa etapa, são abordados autores que analisam a relação entre TICs e a democracia, entre eles, Manuel Castells, James Fishkin, Carlos Batista, José Porras e Benjamin Barber.

O segundo capítulo apresentará o procedimento metodológico para a investigação do papel das Tecnologias de Informação e Comunicação na democracia, especificando as técnicas e métodos utilizados. Nele aborda-se a interpretação de espaços intersubjetivos os tratamentos estatísticos dos dados empíricos.

Por fim, no terceiro capítulo serão apresentadas as análises de resultados a partir da aplicação dos procedimentos metodológicos do capítulo anterior. Esse capítulo subsidiará a elaboração da última etapa, as considerações finais.

1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

1.1 DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA

Na Ciência Política, democracia é um tema bastante discutido e pode ser considerado um dos mais caros ao debate acadêmico. Abordá-lo é sempre uma tarefa árdua e requer muita cautela. O assunto apresenta bibliografia vasta, portanto, é possível levantar com certa facilidade um rol de autores reconhecidos que pensam e escrevem sobre democracia.

É também por ser por ser foco de tantas discussões que várias são as interpretações sobre o tema. Uma análise preliminar da literatura permite concluir que sob o rótulo de democracia escondem-se diferentes conceitos, que em alguns casos não guardam semelhança alguma entre si. Assim, se por um lado o tema parece familiar e amplamente difundido, por outro, é bastante confuso em suas definições.

Parte dessa confusão é atribuída à constante modificação da democracia enquanto regime (BOBBIO, 1986). Outra parte dessa pluralidade de conceitos é atribuída ao desenvolvimento da Ciência Social, com o surgimento de visões distintas entre os estudiosos. Assim, ao falar de democracia, é fundamental pontuar o período e a corrente à que se refere, definindo, com critério e propriedade, o conceito de democracia considerado.

Neste trabalho opta-se por estudar democracia contemporânea dominante, ou seja, o conceito que mais encontra respaldo na teoria política ocidental (PATEMAN, 1992). Para a definição desse conceito, recorre-se aos autores Joseph Schumpeter, Bernard Berelson, Robert Dahl, Harry Eckstein e Giovanni Sartori.

A abordagem desenvolvida pelos autores citados, chamada neste trabalho de teoria democrática contemporânea, é tida por Carole Pateman como dominante, sendo amplamente aceita no meio acadêmico, “aceita de maneira tão ampla que se poderia chamá-la de doutrina ortodoxa” (PATEMAN, 1992, p.9).

Segundo Pateman, a teoria democrática contemporânea:

Resultou de um acontecimento intelectual do século XX, o desenvolvimento da sociologia política, e de um evento histórico, a emergência de Estados totalitários. No início do século, a dimensão e a complexidade das sociedades industrializadas e o surgimento de formas burocráticas de organização, para muitos teóricos políticos de orientação empirista, pareciam levantar sérias dúvidas sobre a possibilidade de se colocar em prática o conceito de democracia do modo como ele era geralmente compreendido. (...) O colapso da República de Weimar, com altas taxas de participação das massas com tendências fascistas e a introdução de regimes totalitários no pós-guerra (...) realçaram a tendência em se relacionar a palavra ‘participação’ com o conceito de totalitarismo mais do que com o de democracia (PATEMAN, 1992, p.11).

O conceito dessa doutrina ortodoxa é desenvolvido a partir de uma crítica a um tipo de democracia denominada clássica. Essa última seria, na visão desses autores citados, extremamente normativa e repleta de valores. Além disso, fundamentalmente na abordagem de Joseph Schumpeter, a teoria clássica apresenta a democracia como um:

Arranjo institucional para se chegar a certas condições políticas que realizam o bem comum, cabendo ao próprio povo decidir, através da eleição de indivíduos que se reúnem para cumprir-lhe a vontade (SCHUMPETER, 1961, p.305).

Para o autor, essa definição do século XVIII considera a existência de: (i) um bem comum; (ii) uma vontade do povo; (iii) uma racionalidade, independência, participação e honestidade do cidadão; (iv) um controle do negócio público pela população e (v) uma representação técnica, que tem por finalidade a execução da vontade do povo.

Schumpeter apresenta então argumentos contrários aos pressupostos da teoria clássica. Para ele, não há crença em um bem comum, uma vez que tal bem não tem como ser comum a todos, já que indivíduos e grupos distintos possuem visões distintas do desejável. Além disso, Schumpeter aponta que ainda que haja o bem comum, haverá divergência quanto ao modo de alcançá-lo. Por essas mesmas razões, o autor não acredita também na existência de uma vontade do povo, única e inerente às comunidades.

A crítica à teoria clássica estende-se também ao pressuposto de racionalidade e independência. Para o autor, é tolice acreditar que o cidadão age em toda situação segundo uma lógica pré-definida e que não há como ignorar a influência de grupos, partidos, propagandas sobre os indivíduos, bem como a existência de atitudes preconceituosas, ímpetos irracionais ou simplesmente o não interesse dos cidadãos pela política⁵.

A partir da descrença da viabilidade de se ter um regime em que a democracia é visto como um ideal, Schumpeter elabora o seu conceito de democracia, que segundo ele é “um sistema institucional, para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor” (SCHUMPETER, 1961, p.328).

⁵ Para Schumpeter, a definição da teoria clássica só se sustenta pelo uso indevido dessa crença por políticos e o altruísmo inerente à teoria clássica da democracia é uma questão de fé. O autor pontua que a teoria clássica é observável em sociedades primitivas ou mesmo em sociedades contemporâneas, desde que essas não apresentem graves problemas. Para exemplificar sua última afirmativa, Schumpeter cita a Suíça onde “há tão poucos motivos de discussão num país de camponeses, que (...) se pode esperar que a maioria do povo os entenda e concorde a respeito deles” (SCHUMPETER, 1961, p.325)

Nessa definição de teoria contemporânea da democracia, essencialmente focada no procedimento e avessa a situações de instabilidade, Schumpeter considera sete pontos principais:

1. Facilidade em distinguir o governo democrático dos demais tipos de governo – o autor afirma que a teoria clássica não permite essa distinção, uma vez que a vontade do povo e o bem comum, pontos-chave da teoria anterior, são observáveis em outros tipos de governo, que não o democrático;

2. Reconhecimento do papel de liderança – a teoria clássica ignora esse papel na medida em que atribui aos cidadãos “um grau totalmente irrealista de iniciativa” (SCHUMPETER, 1961, p.328);

3. Clareza da vontade coletiva – não há negligência da vontade coletiva, mas sim clareza na exposição de seu papel. Isso não garante a consecução dessa vontade, que depende de uma liderança;

4. Competição livre pelo voto – a democracia é entendida, fundamentalmente, por ser “um método reconhecido, através do qual se desenrola a luta competitiva, e que o método eleitoral é praticamente o único exequível” (SCHUMPETER, 1961, p.329). O autor faz uma analogia à competição na economia, onde raramente há concorrência perfeita. Isso, segundo ele, não invalida a teoria, mas gera níveis diferentes de democracia, de acordo com o maior ou o menor grau de competição;

5. Definição da relação entre democracia e liberdade individual – o método democrático de Schumpeter não garante maior liberdade individual, mas pressupõe a ocorrência dessa em grau elevado, uma vez que todos são

livres para concorrer à liderança política. Liberdade individual é entendida como:

A existência de uma esfera de autogoverno individual, cujas fronteiras são historicamente variáveis (*nenhuma* sociedade tolera a liberdade absoluta, mesmo de consciência ou palavra, e *nenhuma* sociedade a reduz a zero) (SCHUMPETER, 1961, p.330, grifo do autor).

6. Função do eleitorado – a mesma lógica que define a “função primária” do eleitor como a de eleger o governo estabelece também que o eleitorado pode dissolvê-lo. Essa lógica poderia levar o eleitorado a pensar que exerce controle sobre o eleito. Entretanto, como isso não se verifica na prática, segundo o autor, é importante limitar esse controle à recusa de reelegê-lo;

7. Defesa da vontade da maioria – a teoria contemporânea não prevê uma vontade do povo, mas sim uma vontade da maioria. Essa definição limita à teoria ao sistema majoritário. Schumpeter argumenta que as críticas a esse sistema formularam a proposta de representação proporcional, mas que essa proposta pode, em situações de crise, gerar instabilidade ao método democrático.

Um outro autor que define democracia contemporânea é Bernard Berelson, que procura abordar na obra *“Voting: a study of opinion formation in a presidential campaign”* (1954) como as pessoas votam. Para tanto, o autor empreende um estudo de caso em Elmira, Nova Iorque, nas eleições de 1948. O propósito do estudo de Berelson, que compõe uma série de investigações sobre eleições, é compreender o processo eleitoral democrático.

Berelson, a partir das constatações de sua pesquisa, que apresenta baixo grau de participação e interesse dos eleitores, aborda questões de natureza teórica sobre democracia. E assim como Schumpeter, Berelson apresenta críticas à “teoria clássica” que, em sua opinião,

espera do cidadão interesse, discussão e motivação. Além disso, pressupõe que o cidadão é informado. A teoria em crítica considera ainda uma homogeneidade política. Para o autor, tais requisitos não são verificáveis na prática política (BERELSON, 1954).

Na conclusão de sua obra, Berelson admite que os teóricos clássicos acertaram na direção das virtudes do cidadão. Todavia, tais virtudes, são requeridas de forma utópica e extremista, e, por essa razão, não aderentes à prática política. Para Berelson, manifestações menos calorosas e heterogêneas produzem um efeito positivo para o sistema democrático como um todo, uma vez que minimizam as discordâncias e garantem a estabilidade do sistema.

Nós precisamos de algumas pessoas que são ativas em certos aspectos, outras no meio e ainda outras passivas. O contraditório que nós queremos exige que as partes sejam diferentes (...) como uma democracia de massa poderia funcionar se todas as pessoas fossem profundamente envolvidas na política?(BERELSON, 1954, p.314, tradução nossa).

Em sua obra “Um prefácio à teoria democrática” Robert Dahl, outro reconhecido teórico da democracia contemporânea, discorre sobre essa teoria de tal modo, que chega a atribuir outro nome a ela: a poliarquia. Assim como Schumpeter e Berelson, Dahl busca descrever uma teoria praticável. E para tanto, fornece uma lista de características (arranjos institucionais) que definem a democracia/poliarquia, cujo pré-requisito social é o consenso e respeito às normas.

Para Dahl (2001, p.49-50), a democracia ou poliarquia é um método de decisão que pode ser alcançado a partir da existência de pelo menos cinco critérios: participação efetiva; igualdade de voto; entendimento esclarecido; controle do programa de planejamento e inclusão dos adultos.

Dahl considera que “uma característica-chave da democracia é a contínua responsividade do governo às preferências de seus cidadãos, considerados como politicamente iguais” (2005, p.25), e que:

Para um governo continuar sendo responsivo durante certo tempo, às preferências de seus cidadãos, considerados politicamente iguais, todos os cidadãos plenos devem ter oportunidades plenas:

1. De formular suas preferências.
2. De expressar suas preferências a seus concidadãos e ao governo através da ação individual e coletiva;
3. De ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo, ou seja, consideradas sem discriminação decorrente do conteúdo ou da fonte de preferência.

(...) para essas três oportunidades existirem para um grande número de pessoas, tal como o número de pessoas abarcado pela maioria dos Estados-nações existentes, as instituições da sociedade devem fornecer pelo menos oito garantias (DAHL, 2005, p. 26-27).

São essas garantias:

1. Liberdade de formar e aderir a organizações;
2. Liberdade de expressão;
3. Direito de voto;
4. Direito de líderes políticos disputarem apoio/voto;
5. Fontes alternativas de informação;
6. Elegibilidade para cargos políticos;
7. Eleições livres e idôneas;
8. Instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência “(DAHL, 2005, p.27)”.

Seus argumentos seguem a linha schumpeteriana de que o controle social tem que ser exercido dentro do possível, mais precisamente, dentro do processo eleitoral. Para Dahl, isso não chega a ser um problema, pois em qualquer método apenas algumas pessoas optam por participar da tomada de decisão.

Sendo assim, qual seria a vantagem da poliarquia? Segundo Dahl, a possibilidade de ampliação do número, tamanho e diversidade das minorias que podem exercer influência nas decisões políticas. Isso porque a poliarquia de Dahl vislumbra uma igualdade política

associada ao sufrágio e à igualdade de oportunidades de acesso aos canais e mecanismos de influência.

Na classificação dos diversos regimes políticos de acordo com o conceito de poliarquia, Robert Dahl elaborou a explicação de identificação da democratização com avanços em dois eixos, competição (contestação) e participação (inclusão). Assim, o autor destaca que:

A participação ampliada combinada com a competição política provoca mudanças na composição da liderança política, particularmente entre aqueles que conquistam cargos públicos através das eleições – especialmente cargos parlamentares. Na medida em que novos grupos obtêm o sufrágio, candidatos com características sociais mais próximas às das camadas recém-incorporadas ganham uma fatia maior dos cargos eletivos (DAHL, 2005, p.42).

Giovanni Sartori é também um dos autores que aborda o conceito de democracia e, segundo Pateman, compõe o grupo de pensadores da democracia contemporânea. Para esse autor, democracia requer simplicidade, caso contrário não sobreviverá porque não alcançará o homem comum.

O autor atenta também à necessidade de definições corretas do termo democracia, de modo que se o definirmos incorretamente “estaremos ameaçados de recusar algo que não teríamos identificado propriamente, e de obter em troca alguma coisa que de todo não desejaríamos” (SARTORI, 1962, p.19). Uma definição clara, para Sartori, é condição básica para o comportamento democrático.

O autor lembra a dificuldade da democracia em larga escala, ou seja, em comunidades de massa e que:

Em realidade, é altamente duvidoso que as nossas macro democracias políticas possam ser concebidas e entendidas corretamente como um prolongamento de algum micro protótipo (SARTORI, 1962, p.29-30).

No tocante à representação, Sartori explica que a descrença rousseauiana na representação deve-se às experiências das monarquias absolutistas, aparentemente permanentes e irrevogáveis. Apesar de reconhecer como válido o raciocínio, Giovanni Sartori lembra que o próprio Rousseau reconheceu que a democracia direta só poderia ser praticada em uma escala reduzida, portanto, pouco viável nos dias atuais.

Sartori então afirma que tanto a eleição quanto à representação são necessárias. Isso porque:

A eleição, em si, não cria um representante. Poderá fazê-lo somente se a pessoa eleita se considerar responsável por aqueles que a elegeram e for considerada responsável por eles (SARTORI, 1962, p.39).

Logo, para este autor:

As modernas democracias dependem da lei da maioria (aqueles que obtêm a maior parte dos votos detêm o mandato, e os que possuem a maioria no parlamento governam), dos mecanismos eletivos e da transmissão representativa do poder (...) não há como construir um sistema democrático diferente (SARTORI, 1962, p.39-40).

Além da eleição e da representação, democracia também pressupõe alguma liberdade, seja nas eleições (no livre exercício do voto), seja na relação entre governantes e governados. O Estado “está a serviço dos cidadãos”, assim, “a sociedade tem precedência sobre o estado” (SARTORI, 1962, p.44).

Sartori discute a questão do governo do povo e sobre o povo. Para ele, apenas na eleição o povo exerce seu ato de governar. Assim, apenas durante o processo eleitoral a vontade do povo é considerada. Durante o exercício do governante nada garante a convergência entre as decisões deste e o desejo do povo. Assim, as eleições representam a garantia da existência da democracia e a expressão da opinião do povo.

Sartori faz uma distinção entre opinião pública e opinião do povo. Para ele, antes do advento dos meios de comunicação opinião pública significava a opinião do povo. Hoje não. Opinião pública é aquela difundida, tornada pública de algum modo. Isso pode ou não ser congruente à opinião do povo. Esta última baseia-se nas opiniões privadas ou pessoais e concede ao povo um papel ativo. Mas o autor aponta a necessidade de existirem:

Centros de influência e informação, plurais e alternativos – poderíamos dizer, pela livre competição entre os meios de comunicação em massa e entre os líderes da opinião (...) a pluralidade de agentes persuasivos (diversos meios de comunicação em massa) reflete-se numa pluralidade de públicos, e uma pluralidade de públicos é a condição mínima, mas desde já, suficiente para uma operação bem sucedida do sistema como um todo (SARTORI, 1962, p.90).

Paralelamente à afirmativa sobre a necessidade da opinião pública, o autor crítica o cidadão comum, considerando-o pouco interessado, detentor de informações limitadas e sem opinião. Assim, o processo de formação de opinião não parte do povo, sendo apenas aprovado com consentimento. O povo apenas reage e, por essa razão, “é produto e não força motivadora do processo político” (SARTORI, 1962, p.93). Com essa compreensão, Giovanni Sartori sugere que essa opinião deve ser emitida por uma elite política, inerente e resultante do processo eleitoral.

No grupo de autores destacados por Carole Pateman com teóricos democráticos contemporâneos, o último deles é Harry Eckstein. Na obra “*A Theory of Stable Democracy*”

(1962), Eckstein define uma democracia estável como a ação efetiva de tomada de decisão (ECKSTEIN, 1962).

Além disso, Eckstein considera que um governo democrático estável deve ser realmente democrático e, para tanto, deve atender duas condições: (i) a tomada de decisão dever ter por base um processo e (ii) as eleições devem decidir a competição por política e poder:

O que mais o conceito implica? Primeiro de tudo, implica em tomada de decisão efetiva (...) Além disso, dificilmente podemos chamar um governo de democracia estável, a não ser que seja genuinamente democrático e isso implica em satisfazer pelo menos duas condições. Uma é que (...) a decisão do governo (...) deve resultar do processo democrático (“...”) A segunda condição é que eleições, nesse sistema, devem decidir de alguma maneira, o resultado da competição por poder e políticas” (ECKSTEIN, 1962, p.2, tradução nossa).

Eckstein define também estabilidade. O autor afirma que a permanência do regime poderia indicar sua estabilidade, mas esse critério é fraco, pois também pode indicar a eficiência ou ineficiência da oposição ao regime. Assim, o termo estabilidade, quando associado ao conceito de democracia, considera além da persistência, a capacidade de adaptar-se às mudanças.

O autor destaca certas *syndrome conditions*⁶ estreitamente relacionadas ao termo democracia estável (ECKSTEIN, 1962, p.3). Essas condições são: o consenso quanto à forma de governo, um elevado nível de pragmatismo político e a existência de partidos políticos (bipartidarismo ou multipartidarismo, desde que com alto grau de coalizão). Entretanto, segundo Eckstein tais condições são óbvias demais e não explicam muito, apesar de serem essenciais para a democracia estável. Desse modo, para empreender a definição de

⁶ Para ilustrar, o autor compara a explicação de um suicídio com a de uma democracia estável. Assim, quando se diz que “X puxou o gatilho do revólver para cometer suicídio”, assim como as *syndrome conditions* para o processo de estabilidade da democracia, entende-se que o revólver e o ato de puxar o gatilho explicam a morte, mas não explicam o porquê da mesma ter ocorrido (ECKSTEIN, 1961: 3).

democracia estável, é necessário investigar quais são as razões que criam essas *syndrome conditions*.

Na investigação das condições para tornar uma democracia estável, Eckstein aponta a necessidade do estudo dos diferentes padrões de autoridade. Autoridade, segundo o autor, é observável nas diversas relações sociais, inclusive na família, escola, bandas, clubes, dentre outros. Se um governo é congruente com esses padrões de autoridade das relações sociais e não-governamentais, então seu regime tenderá a ser estável:

Dito de forma breve (...) eu assumiria que um governo tenderá a ser estável se seu padrão de autoridade for congruente a outros padrões de autoridade encontrados na sociedade (ECKSTEIN, 1962, p.6, tradução nossa).

Carole Pateman estabelece uma comparação entre os autores acima e traça um eixo comum a suas teorias. Segundo a autora, democracia para a teoria contemporânea é um método ou arranjo institucional cujo elemento democrático principal é a competição entre os líderes pelo voto do povo. Além disso, o processo eleitoral é essencial para a democracia. Deve acontecer de maneira periódica e livre, além de representar o controle da maioria sobre os líderes. A igualdade política é expressa pelo sufrágio universal e pela oportunidade igual de acesso aos canais de influência sobre os líderes. A participação, nesse contexto, representa a proteção do indivíduo contra decisões arbitrárias dos eleitos.

Pateman aponta as condições fundamentais para a estabilidade democrática, de acordo com a teoria contemporânea. São elas, o consenso em relação às normas democráticas, a socialização do método dentro das estruturas de autoridades existentes e manutenção da participação dentro do necessário para manter a máquina funcionando.

A autora aborda ainda os dois principais pontos de crítica aos teóricos da democracia contemporânea: a visão que esses autores têm da teoria democrática clássica e a modificação

substantiva do conceito de democracia. Em relação à primeira crítica, Pateman aborda que esses teóricos, em especial Schumpeter, criaram o conceito de teoria clássica, que seria, na verdade, “um mito”, um subsídio para o surgimento do arcabouço teórico democrático contemporâneo.

Por fim, Pateman destaca que a teoria contemporânea modifica substancialmente o conceito de democracia e reconhece que “os críticos estão certos quando afirmam que a teoria contemporânea (...) tem o seu próprio conteúdo normativo (PATEMAN, 1992, p.27)”. Desse modo, o arcabouço desenhado pelos teóricos contemporâneos constitui uma definição própria.

1.2 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A historiografia registra três revoluções industriais. A primeira iniciada em 1760 na Inglaterra, caracterizada pelo processo de mudança da economia agrária, com base no trabalho manual para a indústria mecanizada com novas fontes de energia e invenção de máquinas, especialmente a máquina a vapor. A segunda datada de 1870 nos países mais industrializados, com o desenvolvimento de novas fontes de energia (eletricidade e petróleo), produtos químicos (plástico), máquinas e ferramentas (como o telégrafo, telefone, motores). A terceira acontece desde a década de 50, com a informática, automação e a sociedade da informação (STOCKLER e BARBOSA, 1991, p.105).

É, portanto, por volta dos anos sessenta, quando os grandes centros industriais na Europa e América do Norte davam os primeiros passos em direção a um novo tipo de organização, em que o controle e a otimização dos processos produtivos começavam a ser

substituídos pelo controle e gerenciamento de informações, que surge o conceito de sociedade da informação. O termo busca explicar um tipo de sociedade em que a informação é valorizada, e processo de produção do conhecimento difundido.

Conhecimento, nesse sentido, refere-se ao conhecimento científico, que, segundo Bernardo Sorj (2003), é responsável pelo desenvolvimento da capacidade de inovação tecnológica, que impulsiona a expansão econômica no mundo contemporâneo. Assim, a importância da informação como elemento integrante das relações sociais começou a ser reconhecido e, conseqüentemente, estudado. Contudo, várias interpretações surgiram sobre essa nova fase do desenvolvimento industrial.

Para alguns estudiosos, como Manuel Castells, a valorização da informação permite a transição ou mudança paradigmática para uma nova forma de organização social, semelhante a que ocorreu no século XIX com a revolução industrial. Esse entendimento, presente também na historiografia sobre as revoluções tecnológicas, caracteriza essa transição como o terceiro momento na evolução da sociedade moderna, dando início à chamada sociedade da informação:

O primeiro salto qualitativo foi o da revolução industrial, que permitiu a aquisição de bens de consumo. O segundo passo foi o pós-industrial, com a oferta de serviços. Finalmente, chegamos à fase da Sociedade da Informação, que por intermédio da tecnologia facilita e disponibiliza o acesso e a troca de informação e de conhecimento (TELEFONICA, 2002, p.07).

Segundo essa interpretação, o elemento diferencial introduzido pela sociedade da informação refere-se à faculdade conferida a cada pessoa ou organização para produzir

informações próprias e acessar, de maneira quase⁷ ilimitada, as informações produzidas por outras pessoas. Assim, embora a capacidade de acessar informações sempre tenha existido, o que diferencia a sociedade da informação é a forma geral e ilimitada como ela ocorre.

Discussão interessante também é apresentada no Relatório de pesquisa do Grupo Telefônica (TELEFÔNICA, 2002), onde a sociedade da informação é definida como:

Um estágio de desenvolvimento social caracterizado pela capacidade de seus membros (cidadãos, empresas e administração pública) de obter e compartilhar qualquer informação, instantaneamente, de qualquer lugar e da maneira mais adequada (TELEFONICA, 2002, p.16).

Para Bernardo Sorj (2003, p.35), o conceito de sociedade da informação não constitui uma teoria ou arcabouço explicativo da dinâmica das sociedades contemporâneas e, em sentido estrito, é incorreto. Em primeiro lugar, porque a informação é relevante em qualquer sociedade. Em segundo lugar, a informação não tem valor por si mesmo, sua relevância depende da inserção em um sistema que a utilize para produzir conhecimento.

De todo modo, o conceito de Sociedade da Informação refere-se às sociedades de consumo de bens tecnológicos, isto é, aquelas em que a comunicação entre cidadãos, empresas e administração pública pode ser medida por três fatores principais: a existência e disponibilidade de tecnologias digitais; a utilização dessas tecnologias como meio de comunicação e de acesso à informação; a qualidade das informações ofertadas em formato compatível com essas tecnologias.

Em seu sentido mais amplo, tecnologia remete à aplicação de conhecimento científico para a produção em geral. As Tecnologias de Informação e Comunicação são, por sua vez, instrumentos para a transmissão, captação e compartilhamento de informações entre

⁷ Ainda que tenha avançado, o acesso à informação não é totalmente ilimitado. Há sempre alguns limites que precisam ser superados como, por exemplo, a exclusão digital.

os diversos atores que compõem a sociedade da informação, quais sejam, cidadãos, empresas, e administração pública.

Nos últimos anos, principalmente após meados da década de noventa, intensificaram-se as discussões sobre o papel dessas tecnologias no mundo globalizado. Assim, apesar das incertezas e divergências acerca do potencial de utilização das TICs para promover o desenvolvimento econômico, o bem-estar social e o aperfeiçoamento das democracias atuais, a literatura a respeito do tema divide-se, de maneira geral, em duas vertentes principais.

A primeira é composta por estudiosos que defendem à difusão irrestrita das TICs. Para esses autores, os obstáculos que impedem a universalização dessas tecnologias podem ser superados pela união entre Estado, setor privado e sociedade civil. Outro meio de superar os obstáculos seria a implementação de políticas públicas inclusivas, tais como a criação de pólos públicos de informática ou de telecentros com acesso gratuito à Internet, que estimulariam o uso voluntário das tecnologias pelos cidadãos. Um dos principais pressupostos dessa vertente é que a utilização de tecnologias digitais de informação e comunicação por entidades públicas permite uma relação mais dinâmica entre governo e cidadão. A interação entre esses atores seria, portanto, mais próxima e frequente.

Outros princípios que sustentam essa linha de pensamento são ressaltados pela declaração de princípios da Cúpula Mundial para a Sociedade da Informação (CMSI)⁸. O documento, além de citar outros possíveis benefícios decorrentes da adoção das TICs, defende que:

As Tecnologias de Informação e Comunicação têm um impacto imenso em virtualmente todos os aspectos de nossas vidas. O rápido progresso dessas

⁸ A CMSI é um programa internacional coordenado pelas Nações Unidas e composto por duas fases: a primeira foi realizada em Genebra, 2003, e teve por objetivo elaborar uma carta de princípios sobre o desenvolvimento mundial da sociedade da informação e definir um plano de ações. A segunda fase ocorreu na Tunísia em 2005 e teve como objetivo monitorar e avaliar os progressos referentes ao plano de ações e criar uma agenda que estabeleça metas a serem alcançadas até 2015.

tecnologias abre completamente novas oportunidades para alcançar níveis mais elevados de desenvolvimento. A capacidade dessas tecnologias para reduzir muitos obstáculos tradicionais, especialmente os de tempo e distancia, pela primeira vez na história torna possível usar o potencial dessas tecnologias para o benefício de milhões de pessoas em todos os cantos do mundo. Sob condições favoráveis, essas tecnologias podem ser um poderoso instrumento, aumentando produtividade, gerando crescimento econômico, criando empregos e melhorando a qualidade de vida de todos. Elas também podem promover diálogo entre pessoas, nações e civilizações (NAÇÕES UNIDAS, 2003, p.02).

A outra vertente que merece ser destacada na literatura pertinente às TICs considera a adoção dessas tecnologias como um processo posterior ao rompimento das barreiras econômicas e sociais que caracterizam as sociedades contemporâneas. Por esse ponto de vista, antes que as TICs sejam universalizadas, os cidadãos devem, em primeiro lugar, desfrutar de um nível mínimo de bem-estar social capaz de garantir o acesso a benefícios básicos como saúde e educação. Além disso, os cidadãos também precisam alcançar uma condição econômica suficiente para satisfazer as exigências necessárias à aquisição das TICs.

Essas pré-condições, de acordo com a segunda vertente, permitem que o acesso às TICs ocorra de maneira mais homogênea e dispersa, evitando que se torne privilégio de uma minoria. Contudo, apesar de partirem de diferentes pressupostos, as duas vertentes não são necessariamente opostas, pois, de uma maneira ou de outra, buscam uma solução para reduzir a exclusão digital.

A exclusão digital ocupa uma posição central nas discussões sobre as Tecnologias de Informação e Comunicação. Trata-se de um problema que permeia a sociedade da informação e contraria o desenvolvimento gerado pela “Era da Informação”⁹.

Em seu sentido mais restrito, o termo exclusão digital refere-se ao surgimento de mais uma barreira sócio-econômica entre pessoas, empresas e regiões geográficas, a qual decorre da desigualdade quanto ao acesso e uso das Tecnologias de Informação e

⁹ CASTELLS, Manuel. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Comunicação. Silveira e Cassino (2003) apontam como uma das causas desse fenômeno, a ampla expansão dos investimentos na área de telecomunicações, que seria acompanhada por movimentos contraditórios. Segundo esses autores, há uma brutal expansão dos produtos e serviços de telecomunicação a despeito de uma forte e crescente assimetria entre aqueles que têm e os que não têm informação. Essa assimetria decorre, por exemplo, de políticas ineficientes de redistribuição de renda e da precariedade do sistema público de ensino.

Outro ponto fundamental na discussão sobre exclusão digital é a qualidade das informações ofertadas. Além da universalização dos novos meios, as informações ofertadas devem promover a inserção das múltiplas culturas nas redes e em rede. Como afirma Anthony Wilhelm:

Outro elemento relativo à exclusão digital, que é ignorado com frequência, refere-se à disponibilidade de conteúdos que sejam relevantes para a vida das camadas de baixa renda e das minorias culturais. É necessário preocupar-se com a oferta de conteúdos relevantes, e também com o seu posicionamento nos *sites* comerciais de pesquisa (*search engines*), a fim de compreender de maneira mais ampla as múltiplas dimensões da exclusão digital. É fundamental que as iniciativas de oferta de conteúdo levem em consideração a habilidade das comunidades de produzir e de consumir o novo conteúdo (WILHELM, 2002, p.239 apud EISENBERG; CEPIK 2002).

Entretanto, cabe pontuar que a universalização do acesso é apenas uma das perspectivas pertinentes ao estudo das Tecnologias de Informação e Comunicação nas Ciências Sociais. Afinal, ainda que se universalize o acesso às novas tecnologias, persistirá o questionamento quanto o papel das TICs na democracia contemporânea.

1.3 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E DEMOCRACIA

A partir do interesse crescente na Ciência Política pelo estudo das TICs, observa-se um crescimento no número de obras publicadas sobre o impacto das TICs na organização social, na gestão pública e na política. Assim, a literatura apresenta alguns importantes trabalhos sobre a relação entre as TICs e a democracia. Este trabalho abordará os estudos de Manuel Castells, James Fishkin, Carlos Batista, José Porras e Benjamin Barber.

Manuel Castells aborda, principalmente em seu livro “A Galáxia da Internet” (2003), a expectativa da Internet como instrumento de promoção da democracia. Segundo o autor:

Esperava-se que a Internet fosse um instrumento ideal para promover a democracia – e ainda se espera. Como dá fácil acesso a informação política, permite aos cidadãos ser quase tão bem informados quanto seus líderes. Com boa vontade do governo, todos os registros públicos, bem como um amplo espectro de informação não sigilosa, poderia ser disponibilizada on-line. A interatividade torna possível aos cidadãos solicitar informações, expressar opiniões e pedir respostas pessoais a seus representantes. Em vez de vigiar as pessoas, as pessoas poderiam estar vigiando o seu governo – o que é de fato um direito delas, já que teoricamente o povo é o soberano (CASTELLS, 2003, p.128).

Entretanto, o autor observa que estudos empíricos mostram um quadro mais pessimista. Apesar do aumento no número de canais por meio das TICs, não se nota um interesse dos representados pelo uso desses canais. E mesmo quando há interesse pelos canais interativos oferecidos pela TICs, em especial a Internet, estes instrumentos ainda são menos prestigiados que outros, sendo as novas Tecnologias de Informação e Comunicação “marginais” (CASTELLS, 2003).

Castells afirma que a democracia passa por uma crise de legitimidade que não pode ser “consertada” pela tecnologia. Essa crise gera uma indiferença dos cidadãos pela política. Consequentemente, essa indiferença interfere na forma como as TICs são apropriadas. Na verdade, o desinteresse do cidadão pela democracia, leva-o a não usar as novas tecnologias para a democracia. Apropriam-na em outras esferas mais que na política.

Num mundo de crise generalizada de legitimidade política, e de indiferença dos cidadãos por seus representantes, poucos se apropriam do canal de comunicação interativo, multidirecional, fornecido pela Internet, de ambos os lados da conexão “(CASTELLS, 2003, p.129)”.

Castells observa, por exemplo, que as TICs podem ser usadas como mídias de reprodução de escândalos. Nesse caso, de uma apropriação negativa dessas tecnologias, as mesmas não fortalecem a democracia, nem promovem a participação, mas sim potencializam a crise de legitimidade da democracia. Todavia, Castells admite que as TICs têm um papel importante na política. Para o autor, elas oferecem a possibilidade de divulgação barata, horizontal e rapidamente difundida, que tem um potencial dinamizador da relação entre cidadão e governo.

Outro autor a abordar o tema é James Fishkin. Ele analisa as perspectivas democráticas em seu artigo “Possibilidades Democráticas Virtuais, Perspectivas da Democracia via Internet” (2002) e afirma que:

As possibilidades democráticas podem ser influenciadas pelas novas tecnologias uma vez que estas têm a capacidade de mudar a maneira pela qual as pessoas, em grande número, interagem e se comunicam (FISHKIN, 2002, p.17 apud EISENBERG; CEPIK 2002).

Fishkin aponta que, como resultado dessa influência, é possível perceber novas “possibilidades para a configuração institucional de potenciais reformas democráticas” (FISHKIN, 2002, p.18 apud EISENBERG; CEPIK 2002). O autor desenha as principais formas da democracia que, em seu entendimento, podem ser implantadas por meio das TICs.

Assim, Fishkin considera dois eixos principais: (i) o método de escolha, que pode ser voluntário (auto-escolha), amostragem aleatória e todos; e (ii) o tipo de opinião pública, que pode ser bruta, se não for submetida a amplo debate, ou refinada. Suas alternativas a democracia surgem a partir do cruzamento dos dois eixos: o tipo de escolha versus o tipo de opinião, conforme tabela 1.

Tabela 1 – Método de Escolha *versus* Opinião Pública

Opinião pública	Método de Escolha		
	1.Auto escolha	2.Amostragem aleatória	3.Todos
A. Bruta	1A – Opinião do ouvinte auto escolhido	1B – Pesquisas de opinião pública	3A – Democracia plebiscitária
B. Refinada	1B – Grupos de discussão	2B – Pesquisas deliberativas	3B – "Dia da Deliberação"

Fonte: FISHKIN, 2002, p.29 apud EISENBERG; CEPIK 2002).

Suas formas de democracia são, na verdade, métodos de tomada de decisão. Nesse ponto, Fishkin mostra-se aderente à democracia contemporânea. Para o autor, a categoria 3A (**democracia plebiscitária**) e, principalmente, a 3B (“**dia da deliberação**”) são muito ambiciosas, uma vez que esperam grande manifestação do eleitorado. Entretanto, Fishkin afirma que:

Em princípio, não há razão para não se votar via Internet, desde que os aspectos de segurança na rede sejam suficientemente desenvolvidos de forma a evitar fraudes (...) o voto eletrônico em massa poderá vir a aumentar a participação dos eleitores. A disponibilidade do voto via Internet pode até aumentar a participação, já que diminuiria o nível de inconveniência do voto.

Pode também facilitar o uso de iniciativas populares e consultas, tornando mais prática e menos onerosa a coleta de assinaturas. “Entretanto, o voto eletrônico não irá alterar os incentivos à ignorância racional e, assim, é provável que não afetará também o caráter debilitado da opinião pública bruta” (FISHKIN, 2002, p.39 apud EISENBERG; CEPIK 2002).

A proposta ideal, na opinião do autor, combina a participação de todos e refina a opinião pública. Trata-se da categoria 3B (“**dia da deliberação**”), ou seja, a criação on-line de um dia, que seria considerado feriado nacional. Nesse dia:

Os eleitores são convidados a participar de grupos de discussão locais, formados aleatoriamente, de forma a preparar-se para o processo eleitoral na semana seguinte (FISHKIN, 2002, p.40 apud EISENBERG; CEPIK 2002).

A criação de Fishkin demonstra a opinião positiva do autor em relação às TICs, vislumbrando nessas tecnologias possibilidades de incremento do processo democrático. Assim como ele, parte da literatura reconhece esse impacto das TICs na democracia e desenvolve teoricamente a chamada e-democracia.

Esse tipo de democracia digital, segundo Carlos Batista (2003) tem como pressuposto a utilização das TICs como mecanismo de interação entre cidadão e instituições governamentais e pode ser entendida como:

Uma alternativa de implementação da democracia direta uma vez que este conjunto de ferramentas pode permitir aos cidadãos expressar suas opiniões, desejos, manifestações e orientações de rumo para o seu próprio governo (...) O termo democracia digital refere-se não apenas a um grande espectro de aplicações tecnológicas (...), mas também à criação e difusão de grupos de discussão coletiva (...) A democracia digital supõe a existência de Tecnologias de Informação e Comunicação que permitam ao cidadão a sua interação direta e freqüente com as instituições governamentais (BATISTA, 2003, p.6).

O autor afirma ainda que grande parte do debate sobre TICs e democracia é incompleto, uma vez que “aqueles que entendem de tecnologia sabem muito pouco sobre democracia e aqueles que entendem de democracia são completamente ignorantes em matéria de tecnologia” (BATISTA, 2003, p.6).

Para José Porras, outro autor a trabalhar a temática, as TICs oferecem uma possibilidade de redução entre a democracia real e a ideal. Porras (2003) considera que por muito tempo têm-se aceitado a concepção minimalista e procedimental da democracia. Por essa razão, a maioria dos governos percebe a Internet de uma maneira ambígua ou, nas palavras do autor e em uma referência à Castells, “esquizofrênica”. Assim, ora as TICs são aceitas pelos governos como instrumentos de modernização, ora são alvo de desconfiança em relação a uma comunicação livre e horizontal com os cidadãos (PORRAS apud PORRAS; ARAYA, 2003).

Com isso, Porras atenta para a tendência dos governos concentrarem o uso da Internet para o gerenciamento do Estado.

Os esforços e recursos por incorporar e assimilar a Internet à política se orientam para melhorar a gerência do Estado. (...) Todos esses são, sem dúvida, objetivos louváveis. O problema se estabelece quando parece buscar-se confinar o uso da Internet (...) aos parâmetros restritivos do modelo gerencialista (...) Se damos por bom esses limites, estaremos ignorando a principal virtude intrínseca da Internet como instrumento tecnológico para a democracia, a possibilidade de criar um marco para os fluxos discursivos e complexos de informação do Estado em direção aos cidadãos, dos cidadãos em direção ao Estado e desses entre si (PORRAS apud PORRAS; ARAYA, 2003, p.10, tradução nossa).

Benjamin Barber na obra “Pasi3n por la Democracia” (2006) tamb3m discute o papel das Tecnologias de Informa33o e Comunica33o na democracia. No cap3tulo intitulado “Las Nuevas Tecnolog3as de la Telecomunicaci3n: Frontera sin Final o el Final de La

Democracia”, o autor afirma que relacionar diretamente essas novas tecnologias à democracia é perigoso. Para Barber, a rapidez do desenvolvimento tecnológico impacta profundamente a democracia, alterando inclusive o núcleo do conceito, que prevê interações lentas.

A combinação, portanto, das novas tecnologias e do software que as constituem tem um potencial de desenvolver as comunicações laterais entre os cidadãos, podem permitir o acesso à informação para todos e podem proporcionar aos cidadãos os vínculos de comunicação entre grandes distâncias que há muito impossibilitam a democracia direta. Não obstante, existe um grande obstáculo para a implementação destas tecnologias: a menos que separemos que é democracia e o tipo de democracia ambicionamos, a tecnologia paralisará em lugar de avançar a política cívica (BARBER, 2006: p. 246, tradução nossa).

Assim, para o autor, a relação entre tecnologia e democracia deve ser precedida de uma investigação sobre o tipo de democracia almejada. Ele entende que as tecnologias podem agravar a dominação de certos grupos. Barber considera que se a democracia desejada é a deliberativa e participativa, então, é preciso cautela para lidar com as “formas inovadoras de demagogia que acompanham a tecnologia” (BARBER, 2006, p.247).

Barber adota uma postura extremamente crítica em relação ao papel das TICs na democracia. Para ele, não é possível afirmar que as TICs são democratizadoras. Aponta, inclusive, que votações on-line e instantâneas podem indicar a privatização do espaço público. Barber acredita que as tecnologias não podem remediar o defeito primário das democracias contemporâneas. Mais do que isso, elas podem agravar a situação. Uma observação a respeito da diversidade ou monopólio gerado por essas tecnologias, denota a opinião do autor a respeito do papel que as TICs podem exercer na democracia:

Os devotos do mercado me recordam que, do mesmo modo que o Bill Gates ou a Walt Disney, eu possuo uma página na Internet. Mas alguém acredita realmente que a capacidade de criar uma página pessoal equivale a possuir o poder de interagir com o mundo? [a diversidade] é esse poder uma questão

de quem está falando ou de quem consegue ser ouvido? (BARBER, 2006, p.234, tradução e grifo nossos).

A partir da investigação da bibliografia, este trabalho propõe também um exercício de construção das intersecções entre as TICs e a democracia, ou seja, pretende identificar na teoria democrática contemporânea qual é a influência dessas novas tecnologias.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para responder à pergunta sobre qual o papel das Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs na democracia, optou-se por averiguar: (1) a inclusão do tema na bibliografia sobre democracia e (2) o papel das TICs na prática democrática. Como delimitação, optou-se por estudar a democracia contemporânea. Além disso, na investigação prática, optou-se pelo estudo do Programa Comunidade Virtual do Poder Legislativo.

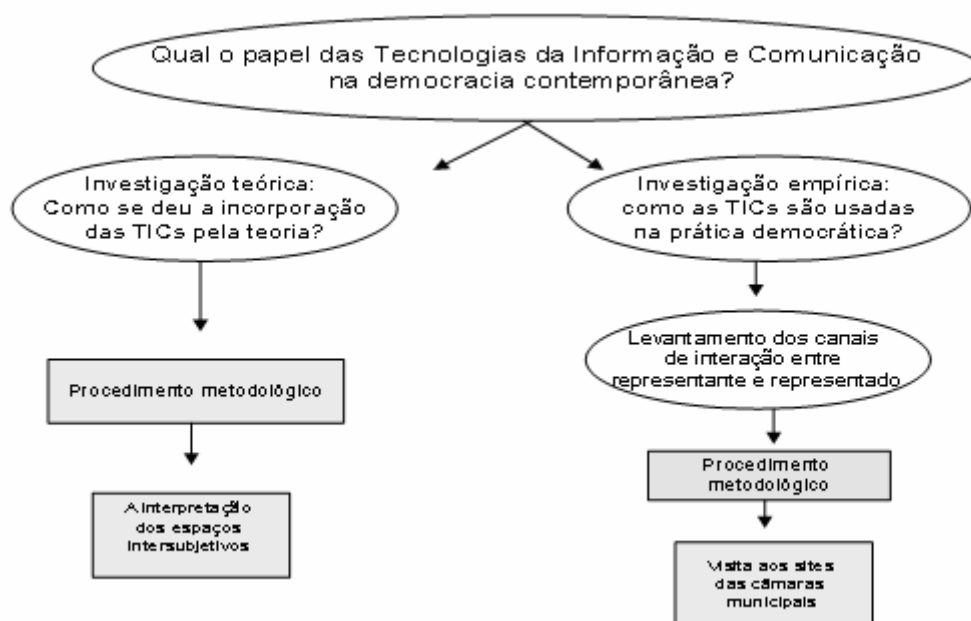


Ilustração 1 – Procedimento metodológico

Fonte: BATISTA e VIANA, 2006.

Os procedimentos metodológicos adotados foram diferenciados conforme o eixo de análise. No primeiro, a apropriação das TICs pela teoria, opta-se pela a interpretação dos espaços intersubjetivos delimitados pelos autores. No segundo eixo, a função das TICs na prática democrática, empreende-se um levantamento de canais de interação entre representante e representados, a partir da visita aos *sites* das câmaras municipais cadastradas no Programa Comunidade Virtual do Poder Legislativo.

2.1. INVESTIGAÇÃO TEÓRICA

Tomando como base analítica os paradigmas e conceitos apresentados na revisão bibliográfica, a investigação da integração das TICs à teoria propõe confrontar a teoria democrática contemporânea e a teoria relativa às Tecnologias de Informação e Comunicação, com o intuito de responder à seguinte pergunta de pesquisa: qual é o lugar das TICs na teoria democrática contemporânea?

Esse confronto, contudo, não se limita à análise da opinião expressa pelos autores. Busca, sobretudo, identificar os pontos que unem ou separam cada um desses autores em torno do cerne teórico da democracia, sejam eles estudiosos da democracia ou das novas tecnologias. Dito de outra maneira, o objetivo desta etapa é compreender o conceito de democracia sobre o qual os autores abordados neste trabalho constroem suas teorias. Há, afinal, um ponto consensual, ou um conceito de democracia compartilhado por teóricos das TICs e teóricos da democracia contemporânea?

Para responder a essa pergunta procurar-se-á identificar e analisar o espaço intersubjetivo criado por esses autores, ou seja, o horizonte teórico resultante da união das subjetividades dos autores conforme ilustração 3.

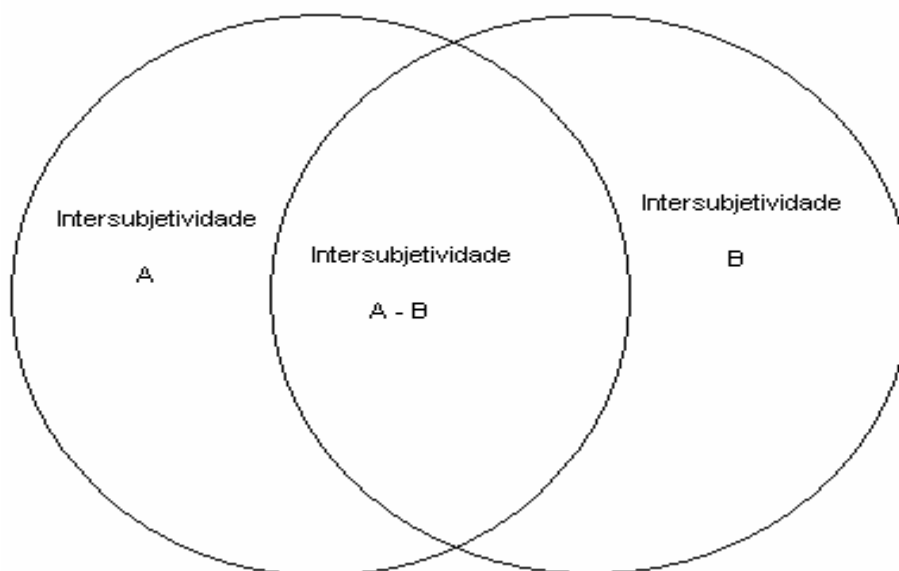


Ilustração 2 – Demonstração da análise e intersecção de espaços intersubjetivos.

Fonte: BATISTA e VIANA, 2006.

Esse espaço intersubjetivo, contudo, segundo Hans-Georg Gadamer (2004), não pode ser alcançado pelo método, e, nem mesmo pela comparação direta entre os autores, conforme alerta Pierre Bourdieu (2003). Tal procedimento, sem um conhecimento aprofundado dos campos respectivos a que pertencem esses autores, poderia conduzir a análise ao que Bourdieu chama de “erro do curto-circuito”, ou seja, a identificar indevidamente abordagens diferentes ou distinguir equivocadamente abordagens idênticas. O ponto fundamental, segundo Bourdieu, é conhecer individualmente cada caso particular, sem deixar de considerá-los em sua totalidade. É nesse sentido, portanto, que surge a proposta de análise adotada neste trabalho: a interpretação dos espaços intersubjetivos.

A hermenêutica é tida, hoje, como uma teoria ou filosofia de interpretação, capaz de tornar compreensível o objeto de estudo mais do que sua mera aparência ou superficialidade. A hermenêutica visa revelar, descobrir, esclarecer qual o significado mais profundo que está oculto não apenas em um texto ou norma, mas também na linguagem (NUNES JUNIOR, 2003). No processo hermenêutico, o interprete não se preocupa apenas com a relação texto-contexto, mas procura também desvendar os aspectos históricos que permeiam a visão do autor.

Na hermenêutica gadameriana não há diferença entre a interpretação e a compreensão (*verstehen*), pois compreender é sempre interpretar. O campo da compreensão, para este autor, é também o campo da intersubjetividade, isto é, o lugar onde várias subjetividades dialogam, provocando o que Paul Ricoeur (1986) chama de “fusão de horizontes”.

A fusão de horizontes ocorre no espaço onde diferentes tradições teóricas se reúnem em busca de um campo semântico comum, ou intersubjetivo, por meio do qual os resultados das investigações passam a ser considerados válidos ou não. Um discurso dominante, por exemplo, ou paradigma dominante nas Ciências Humanas, surge por meio da força da argumentação no interior desse espaço intersubjetivo, que define em maior ou menor grau o nível de consenso obtido em torno do que é, ou não, aceito na academia.

Portanto, as visões dominantes sobre TICs e sobre democracia serão analisadas neste trabalho de forma essencialmente argumentativa, na tentativa de contribuir com o desenvolvimento da Ciência Política, mediante a construção de uma linha interpretativa consistente sobre o papel das TICs na teoria democrática.

2.2 INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA

Na investigação da função das TICs na prática da democracia contemporânea procurou-se, a partir dos critérios estudados na revisão bibliográfica, analisar se as TICs permitem ou criam maneiras de interação entre representante e representado. Como visto, a democracia contemporânea pressupõe um procedimento. Uma de suas características é a igualdade política, percebida a partir da igualdade de acesso aos canais de representação.

Desse modo, delimitou-se a investigação empírica ao teste desses canais, verificando se estão disponíveis e se a informação ofertada visa o aumento ou a manutenção da participação, conforme prescreve a democracia contemporânea, dentro do mínimo necessário para a estabilidade do processo. Conforme abordado anteriormente, democracia contemporânea não se limita a essa igualdade de acesso a canais, pressupondo como elemento principal o processo eleitoral. Entretanto, ainda assim manteve-se neste trabalho a opção pela investigação da participação, por ser esse um dos pontos centrais da Ciência Política.

Na investigação das possibilidades de interação proporcionada pelas TICs entre representante e representado, foi realizado um levantamento das condições de utilização das TICs a partir da visita aos *sites* de câmaras municipais cadastradas no Interlegis. Pretendeu-se, fundamentalmente, investigar a presença de informações e espaços que promovam ou incentivem essa interação.

É bem verdade que a proposta metodológica de mensuração da prática das TICs na realidade democrática aqui adotada não aborda todos os aspectos da democracia contemporânea, conforme estudado na revisão bibliográfica. Optou-se por estudar os canais de interação por perceber que essa investigação contempla pelo menos dois critérios

abordados pelos teóricos da linha schumpeteriana: igualdade aos canais de acesso e participação (ainda que a visão democrática contemporânea sugira que se deve manter o mínimo de participação possível).

É importante reconhecer que para efeitos de medida da democracia contemporânea, teria sido possível realizar a investigação metodológica a partir da análise dos *sites* dos vereadores, tal como proposto por Cunha, em “Meios eletrônicos e transparência: a interação do vereador brasileiro com o cidadão e o poder executivo” (CUNHA, 2005). Entretanto, a opção por estudar os *sites* das câmaras municipais em vez de *sites* dos legisladores deu-se, dentre outros fatores, por ser esse o foco de estudos anteriores, conforme mencionado anteriormente. Assim investigar tais dados tem sempre a vantagem da continuidade do estudo e permite a comparação futura dos dados dos trabalhos.

Para a investigação aqui proposta, foi realizada primeiramente uma verificação de quais municípios tinham suas câmaras municipais cadastradas no Interlegis. Percebeu-se, portanto, que dos 5.564 municípios, 4.241 são cadastrados no Programa. A partir de então criou-se uma base de dados (BD_fernanda_2006) com 223 *sites* de câmaras municipais. Tais *sites* foram visitados entre os meses de setembro e novembro de 2006.

O *sites* foram escolhidos a partir de uma amostra que considerou como população todos os municípios brasileiros cadastrados no Interlegis e com população acima de 50 mil habitantes¹⁰. A delimitação da investigação a municípios com mais de 50 mil habitantes deu-se às constatações anteriores, de que dos *sites* existentes, 60% correspondiam a municípios com população acima de 50 mil habitantes. (BATISTA e VIANA, 2004, p. 19-21).

Na amostragem das páginas *web* das câmaras de vereadores cadastradas no Interlegis e de municípios com mais 50 mil habitantes, as variáveis adotadas foram qualitativas nominais, com exceção da população dos municípios. A coleta de dados foi realizada de

¹⁰ O modelo de amostragem adotado foi aleatório simples, com erro amostral de 0,05. A delimitação da

maneira a detectar se havia no *site* observado a característica pesquisada. Na investigação das variáveis, foram considerados apenas os municípios que possuem *site* da câmara de vereadores. Caso houvesse a indicação, mas a página ou o link não funcionava ou estava em construção, a variável era considerada como não encontrada.

As variáveis observadas foram:

Tabela 2 – Variáveis coletadas e rótulos

Variável	Rótulo
Informação sobre a existência de <i>site</i>	site
Número de vereadores cadastrados no <i>site</i> da câmara municipal no Interlegis	nvercad
Data da última atualização do <i>site</i> da câmara municipal no Interlegis	atual
Data da adesão da câmara municipal ao Interlegis	adesao
Disponibilidade da informação sobre Regimento Interno	regint
Disponibilidade da informação sobre Lei Orgânica	leiorg
Disponibilidade da informação sobre estrutura ou função da Casa	estcas
Disponibilidade da informação sobre estrutura ou função das comissões	estcom
Disponibilidade da informação sobre ordem do dia	orddia
Disponibilidade da informação sobre consulta a proposições legislativas	proj
Disponibilidade da informação sobre composição da Casa	comcas
Disponibilidade da informação sobre composição das comissões	comcom
Disponibilidade da informação sobre atual legislatura (lista de vereadores)	comver
Disponibilidade da informação sobre telefones para contato da Casa	fone
Disponibilidade da informação sobre fale conosco ou e-mails da Casa	mail
Disponibilidade da informação sobre contato com partidos	falepar
Disponibilidade da informação sobre contato com vereadores	falever
Disponibilidade da informação sobre publicações (textos técnicos, acervo)	public
Disponibilidade da informação sobre jornais	jornal
Disponibilidade da informação sobre rádios ou arquivos de áudio	radio
Disponibilidade da informação sobre canais de TV ou arquivos de vídeo	TV
Disponibilidade da informação sobre notícias on-line ou boletim informativo	notic
Disponibilidade da informação sobre resultado das votações	vote
Disponibilidade da informação sobre presença nas sessões	presen
Disponibilidade da informação sobre relatório de gestão fiscal	contab
Disponibilidade da informação sobre licitações e contratos	licit

Fonte: BATISTA e VIANA, 2006.

Para o reconhecimento da distribuição das variáveis, foi analisado o diagrama de caixa a partir da ocorrência das frequências (*boxplots*). As escalas dos *boxplots* utilizados variam de

acordo com os pontos de corte de cada distribuição, uma vez que não possuem *outliers*. Os pontos de corte são os pontos limites de uma distribuição e os valores que se encontram fora desse limite são considerados atípicos ou *outliers*. Os pontos de corte são calculados da seguinte maneira: valor do quarto superior somado a 1,5 vezes a diferença entre os quartos superior e inferior (DI); e valor do quarto inferior diminuído de 1,5 vezes a DI.

Além disso, no tratamento das variáveis e para constatar se a frequência das mesmas nos *sites* era significativa, foram calculados diversos estimadores. Assim, para considerar a robustez, ou seja, estabelecer um corte rigoroso a partir do qual a frequência da variável era considerada relevante utilizou-se a mediana, bem como os estimadores de Huber, Tukey, Hampel e de Andrew. Todos esses estimadores são robustos, ou seja, resistentes aos valores extremos, e possuem procedimentos de cálculo equivalentes. Desse modo, para cada caso calculou-se os quatro estimadores e escolheu-se o de menor ou maior valor, na intenção de adotar o máximo rigor possível de acordo com cada caso.

Depois, as variáveis foram agrupadas em cinco categorias:

1. informação institucional – inclui as variáveis estrutura ou função da Casa (**estcas**), estrutura das comissões (**estcom**), regimento interno (**regint**) e lei orgânica (**leiorg**). Esse grupo de variáveis refere-se às regras da instituição e independe de quais parlamentares ou partidos compõem a Casa.
2. informação processual – inclui as variáveis ordem do dia (**orddia**), consulta à proposição legislativa (**proj**), composição da Casa (**comcas**), composição das comissões (**comcom**) e lista de vereadores (**comver**). Esse grupo de variáveis refere-se ao dia-a-dia da Casa.
3. informação interativa (interação cidadão/legislativo) – inclui as variáveis lista de partidos com acesso (**falepar**); contato com o vereador (**falever**), fale conosco ou e-mail

(**mail**) para contato da Casa e telefone (**fone**) para contato da Casa. Esse grupo de variáveis refere-se às informações que permitem a interação entre o cidadão e a Casa.

4. acesso à comunicação: publicações (textos técnicos, acervo) – inclui as variáveis jornal (**jornal**), rádio ou arquivos de áudio (**radio**), TV ou arquivos de vídeos (**TV**), notícias on-line ou boletim informativo (**notic**). Esse grupo de variáveis refere-se à disponibilidade ou à indicação dos meios de comunicação existentes nos *sites* visitados.

5. Informação para cidadania e prestação de contas – inclui as variáveis resultado das votações (**vote**), frequência dos vereadores nas reuniões (**presen**), prestação de contas/relatórios de gestão fiscal (**contab**), acesso a licitações e contratos (**licit**). Esse grupo de variáveis refere-se às informações que visam o aumento da cidadania, transparência e prestação de contas da Casa.

Foram estabelecidas modalidades, a partir da contagem da ocorrência das variáveis que compõem o grupo.

Tabela 3 – Categorias das variáveis agrupadas e rótulos

Categoria ou modalidade	Rótulo
Não há disponibilidade da informação sobre a variável	no_nomedavariável
Insuficiente disponibilidade da informação sobre a variável	ins_nomedavariável
Regular disponibilidade da informação sobre a variável	reg_nomedavariável
Elevada disponibilidade da informação sobre a variável	elev_nomedavariável
Total disponibilidade da informação sobre a variável	tot_nomedavariável

Fonte: BATISTA e VIANA, 2006.

Por exemplo, se um *site* apresenta simultaneamente as variáveis: estrutura ou função da Casa (**estcas**), estrutura das comissões (**estcom**), regimento interno (**regint**), e a lei orgânica (**leiorg**),. Logo, esse *site* apresenta total informação institucional (**tot_instit**). Caso esse *site* apresente apenas três ocorrências das variáveis envolvidas, então a variável informação institucional assume o valor elevada ocorrência (**ele_instit**). Entretanto, se o *site* apresentar duas ocorrências das variáveis envolvidas, assume o valor regular ocorrência

(**reg_instit**). Já se o *site* apresentar apenas uma das variáveis citadas, assume o valor insuficiente ocorrência (**ins_instit**). Por fim, se o *site* não apresentar nenhuma das informações, assume o valor não ocorrência (**no_instit**).

Os softwares usados para o tratamento dos dados coletados foram Excel e SPSS. Todos os dados que serviram de base para a pesquisa foram retirados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Programa Comunidade Virtual do Poder Legislativo (Interlegis) e dos *sites* das câmaras municipais (BD_fernanda_2006).

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1 INCORPORAÇÃO DAS TICS PELA TEORIA

A partir da revisão bibliográfica sobre democracia, percebe-se a pluralidade de conceitos que permeiam o tema. Nesta dissertação, trabalhou-se o conceito de democracia contemporânea. Para tanto, foram investigados cinco autores: Joseph Schumpeter, Bernard Berelson, Robert Dahl, Giovanni Sartori e Harry Eckstein. Percebeu-se que esses autores, analisados em conjunto, compõem um espaço intersubjetivo, ou seja, compartilham um conjunto consistente de princípios que desenham a chamada democracia contemporânea.

Esse espaço é percebido por Carole Pateman (1992), que estabelece uma comparação entre os autores acima. Assim, suas obras convergem para um conjunto de princípios que compõe a teoria contemporânea da democracia. Desse modo, é possível afirmar que a democracia contemporânea:

- (i) é um método, um procedimento;
- (ii) possui como elemento democrático principal a competição entre os líderes pelo voto do povo;

- (iii) tem como ponto essencial o processo eleitoral, que deve acontecer de maneira periódica e livre, além de representar o controle da maioria sobre os líderes;
- (iv) expressa a igualdade política pelo sufrágio universal e pela oportunidade igual de acesso a canais de influência sobre os líderes;
- (v) entende a participação como uma proteção do indivíduo contra decisões arbitrárias dos eleitos.

Além disso, a democracia contemporânea tem uma preocupação com a estabilidade de seu método. Por essa razão, agrega em seus conceitos condições fundamentais:

- (vi) o consenso em relação às normas democráticas;
- (vii) a socialização do método dentro das estruturas de autoridades existentes;
- (viii) a manutenção da participação dentro do necessário para manter a máquina funcionando.

Assim como se é possível desenhar um espaço intersubjetivo da democracia contemporânea, é possível perceber um conjunto de padrões na bibliografia pertinente às Tecnologias de Informação e Comunicação. Neste caso, entretanto, o que se tem são percepções, que giram em torno do tema TICs em Ciências Sociais, quais sejam:

- (i) o conhecimento atrelado à rapidez das novas tecnologias provoca modificações na sociedade, que passa a valorizar a informação, gerando a sociedade da informação;
- (ii) essa difusão da informação impacta nas diversas esferas públicas ou privadas, governamentais ou não;
- (iii) esse novo arranjo gera uma nova barreira entre os que têm e os que não têm acesso às novas tecnologias, a exclusão digital;

- (iv) o espaço virtual a ser acessado carece de legislação, bem como de esferas de inserção das múltiplas culturas;



Ilustração 4 – Espaços intersubjetivos da teoria democrática contemporânea e das TICs

Fonte: BATISTA e VIANA, 2006.

O passo seguinte para o desenho do espaço intersubjetivo proposto neste trabalho é o referente à bibliografia sobre TICs. É estabelecer os contornos de um espaço intersubjetivo na bibliografia pertinente às TICs e democracia.

Na interpretação das obras sobre Tecnologias de Informação e Comunicação e democracia verifica-se duas principais vertentes. Uma considera as Tecnologias de Informação e Comunicação como mecanismos de profunda modificação social e política e que, por essa razão, modificam as relações democráticas entre cidadão e governo, bem como geram um novo arcabouço teórico e prático para o regime democrático. A outra entende apenas que as TICs são instrumentos e, como tal, podem ser incorporado ao debate e à prática democrática conforme conveniência e necessidade de cada caso.

A primeira visão adota um papel amplo para as TICs na democracia. Segundo essa vertente, as TICs abrem novos canais interativos, que permitem vislumbrar uma participação

mais descentralizada e, por conseqüência, criam novas possibilidades à democracia. A quantidade de trabalhos produzidos por essa vertente é significativa e representa a maior parte da bibliografia sobre tecnologia da informação e comunicação e democracia. Além disso, é aderente à historiografia, com o debate sobre a informação, ou seja, com a idéia de que as novas tecnologias promovem mudanças profundas, criando uma “era da informação” e uma “sociedade da informação”. E que, nesse sentido, são incorporadas à democracia, como um mecanismo profundo de mudanças no comportamento do Estado e do cidadão.

Nessa visão, é atribuído às TICs um papel importante na teoria democrática. Os ideólogos dessa corrente vêem sempre de forma positiva o avanço e a difusão das TICs no meio democrático. Essa visão de que as TICs auxiliam, transformam e ajudam é, geralmente, pressuposto dos autores dessa vertente. Os autores dessa vertente fazem uso recorrente dos termos democracia eletrônica, ciberdemocracia e e-democracia, rótulos que trazem consigo uma compreensão de que as TICs são tão substanciais e que é possível identificar novos tipos de democracia associados a elas.

Na bibliografia pertinente às TICs e à democracia é possível identificar ainda uma segunda vertente, que em certo sentido pode ser considerada uma crítica à primeira. Segundo Rousiley Maia, boa parte da literatura sobre democracia digital enfatiza o potencial das TICs, entretanto:

Associar necessariamente tais recursos propiciados pela Internet com a revitalização das práticas e instituições democráticas pode levar a um equívoco. Primeiro porque, se as novas tecnologias podem proporcionar um ideal para a comunicação democrática, oferecendo novas possibilidades para a participação descentralizada, elas podem também, sustentar formas extremas de centralização do poder (MAIA, 2002, p.46 apud EISENBERG; CEPIK, 2002).

A segunda vertente percebe as TICs como simples instrumentos. Por essa razão, essa vertente evita o uso de e-democracia, ciberdemocracia e democracia eletrônica por considerar tais termos como excessivos e extremados. Uma linha mais moderada dessa vertente, interpreta que o impacto das TICs na democracia é muito mais instrumental que propriamente político. Essa linha “moderada” entende que às Tecnologias de Informação e Comunicação podem ser colocadas à disposição de qualquer tipo de democracia e o impacto de seu uso estaria associado à eficiência da tecnologia. Como às evidências têm confirmado grande avanço das novas tecnologias, com a facilidade gerada pelas mesmas e a incorporação delas à vida cotidiana, essa linha da segunda vertente apresenta certo otimismo em relação à implementação dessas novas Tecnologias de Informação e Comunicação na democracia.

Entretanto, nessa segunda vertente é possível delinear também uma linha menos moderada em suas críticas a primeira vertente, e também menos otimista em relação ao uso das TICs na democracia. Essa linha entende que as Tecnologias de Informação e Comunicação devem ser pensadas “de maneira associada com os elementos sócio-históricos próprios dos atores sociais” (MAIA, 2002, p.48 apud EISENBERG; CEPIK 2002). Isto é, entende que as TICs também são associadas ao procedimento, e que, portanto, podem ser utilizadas para fortalecer o contexto de dominação no qual foram inseridas.

Pela análise de ambas as vertentes, não é possível afirmar que o contorno desenhado a partir de obras sobre TICs e democracia é a intersecção perfeita dos espaços intersubjetivos da Ilustração 4. Todavia, é possível observar que existem alguns autores que entendem às TICs como modernizações do método democrático. Dentre os abordados, destaca-se James Fishkin e seu dia de deliberação.

De todo modo, uma observação mais ampla dos dois espaços aponta que a bibliografia predominante sobre TICs e democracia não é resultado do confronto direto entre

teoria democrática contemporânea e a bibliografia sobre TICs. Diante do exposto até aqui é possível identificar três razões para tanto.

Em primeiro lugar, não se pode afirmar que existe um espaço intersubjetivo TICs e democracia. Na verdade ele está em construção, sendo possível identificar mais de uma corrente de pensamento na literatura sobre TICs e democracia. Essas vertentes não são convergentes, ou seja, não constroem um agrupamento de princípios que permitam afirmar uma inclusão das TICs na bibliografia sobre democracia.

Além disso, uma segunda razão para a bibliografia sobre as novas tecnologias na democracia não coincidirem com a intersecção entre os espaços intersubjetivos de TICs e de teoria democrática contemporânea é exatamente a confusão do termo democracia. As obras que abordam as TICs para a democracia, em sua maioria, nem sempre são claras quanto ao tipo de democracia que se referem. E quando são, tendem a abordar o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação para a democracia direta e/ou participativa.

Por fim, uma terceira razão passa pela não preocupação ou indiferença dos autores da teoria democrática contemporânea em relação às Tecnologias de Informação e Comunicação. Essa indiferença pode ser causada (i) pela certeza de que as TICs serão usadas em prol da democracia contemporânea, modernizando seus procedimentos, sem gerar instabilidade e/ou (ii) por receio de que o discurso das novas tecnologias em prol da interação venha a aumentar a participação além do mínimo necessário para manter estável o processo democrático.

É bem verdade que as TICs, em especial a Internet, são instrumentos recentes. O espaço intersubjetivo da teoria democrática contemporânea foi desenhado na década de sessenta. Entretanto, de lá para cá a teoria contemporânea manteve-se ortodoxa, predominante. Já caberia, portanto, uma investigação desses autores sobre a forma como essas novas tecnologias se relacionam com suas teorias.

Essas razões respondem ao questionamento quanto à incorporação das TICs pela bibliografia. Ainda que em construção, já se constata um arcabouço teórico sobre o impacto das novas tecnologias da informação na democracia. Entretanto, quando observada a bibliografia sobre democracia contemporânea não se percebe a inclusão das TICs ao debate.

3.1 PAPEL DAS TICS NA PRÁTICA DEMOCRÁTICA

Na verificação prática do papel das TICs na democracia optou-se por estudar o Programa Comunidade Virtual do Poder Legislativo (Interlegis). A proposta foi testar os canais de interação oferecidos pelo Programa, que tem como objetivo a aproximação entre representante e representado.

Como já foi mencionado anteriormente, a proposta metodológica de mensuração da prática das TICs na realidade democrática adotada não contempla todos os aspectos da democracia contemporânea. De todo modo, optou-se por estudar os canais de interação por perceber que essa investigação contemplava os critérios de igualdade aos canais de acesso e participação.

A investigação dos *sites* das câmaras municipais permite verificar que o uso das TICs é atrelado à proposta de aumentar as informações disponíveis ao cidadão. Conforme mostra a tabela 4, estudo realizado em 2004 apontava que 59,9% dos municípios com mais de 50 mil habitantes possuíam *site* de seus legislativos locais e que abaixo dessa faixa populacional o número de municípios com *site* era estatisticamente nulo (BATISTA e VIANA, 2004, p. 24-

25) ¹¹. Agora, entretanto, já é maior o número de informações em todos os municípios. Dos 5.564 municípios, 4.241 (76,2%) são cadastrados no Interlegis. Apenas pelo fato fazerem parte do Programa, todos eles possuem no portal do Interlegis, um espaço para disponibilizarem os contatos das instituições, bem como notícias e lista de vereadores.

Tabela 4 – Informação sobre a existência de *sites* de câmaras municipais brasileiras, de acordo com intervalos populacionais (%)

Categorias	Não possui <i>site</i>
até 50 mil	96,6
acima de 50 mil	3,4
Total	100,0

Fonte: BATISTA e VIANA, 2004, p. 25.

É perceptível que apesar das constatações em estudos anteriores de que quanto maior a população, maior a chance de se encontrar *site* (BATISTA, 2002; BATISTA e VIANA, 2004; BATISTA e CASTRO, 2004; BATISTA, 2005), que o aumento no número de portais legislativos não se concentrou apenas nos municípios com mais de 50 mil habitantes. De fato, o aumento no número de informações sobre legislativos locais atingiu todas as faixas populacionais, conforme tabela 5:

Tabela 5 – Informação sobre a existência de *sites* de câmaras municipais brasileiras cadastradas ao Interlegis em relação ao total de municípios brasileiros, de acordo com intervalos populacionais (%)

Categorias	Até 50 mil	Acima de 50 mil	Total
Possui <i>site</i>	74,9	25,1	100
acima de 50 mil	87,3	12,7	100
Total	76,2	23,8	100

Fonte: BATISTA e VIANA, 2006, p. 25.

Observa-se ainda que dos 4241 municípios, 72,6% utilizam o espaço do Interlegis para disponibilizar um e-mail da instituição e 92,7% um número de telefone para contato. A situação é muito otimista também em relação ao número de vereadores cadastrados. A

¹¹ Para ver a proporção por estado e por região, consultar apêndices.

totalidade de municípios investigados aponta pelo menos um vereador cadastrado com contato no espaço oferecido pelo Interlegis. Tais observações permitem constatar um quadro de maior oferta ou disponibilidade de canais de acesso do cidadão aos seus representantes.

A investigação mais aprofundada dos *sites*, possível a partir da análise do diagrama de caixas (*boxplot*), mostra que a proporção de ocorrência das variáveis oscila entre 10,8% e 87,8%. A mediana é 68,2%. Logo, 50% das variáveis observadas apresentam mais de 68,2% de ocorrência. Além disso, entendendo a mediana como um valor típico, tem-se que uma porcentagem de ocorrências padrão é bastante elevada.

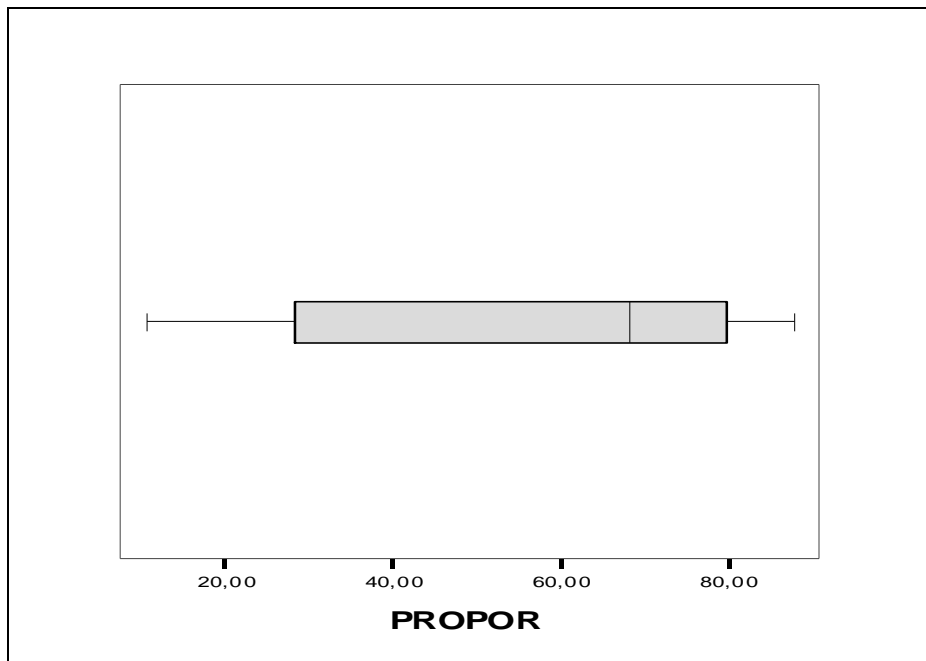


Ilustração 5 – Diagrama de caixa das variáveis investigadas

Fonte: BATISTA e VIANA, 2006.

Observa-se ainda que 25% (cauda superior) das variáveis possuem uma proporção de ocorrência entre 79,7% e 87,8%, e 25% (cauda inferior) possuem uma proporção de ocorrência entre e 10,8% e 28,4%. A assimetria do *boxplot* a esquerda demonstra que há uma

maior dispersão entre os valores menos elevados e menor dispersão entre os valores com maior ocorrência.

Dentro os estimadores calculados e adotando os mais altos deles, os estimadores de Andrew e Tukey, admite-se que quando a variável em análise apresentar uma proporção de ocorrência superior a 63,4% a mesma será entendida como relevante. Assim, 59% das variáveis investigadas possuem padrão de ocorrência relevante, acima dos estimadores.

Tabela 6 – Estimadores (%)

Estimadores	Valor
Huber	62,2
Tukey	63,4
Hampel	60,0
Andrew	63,4

Fonte: BATISTA e VIANA, 2006, p. 25.

A variável de maior proporção é a disponibilidade de informação sobre a atual legislatura (**comver**) que está presente em 87,8% dos *sites* observados. A alta proporção de ocorrência demonstra uma elevada disponibilidade da informação. A variável que menos apareceu na coleta foi disponibilidade de informação sobre contato com os partidos (**falepar**), com proporção de ocorrência de 10,8%. Sua ocorrência, se comparada às demais, é muito baixa. Mesmo tratando-se de uma informação interativa, relevante para o princípio de acesso aos canais democráticos, essa variável não é considerada pelos gestores de *sites* de câmaras municipais.

Tabela 7 – Ocorrência das variáveis estudadas (%)

Variável	Ocorrência (%)
Informação sobre contato com partidos (falepar)	10,8
Informação sobre rádios ou arquivos de áudio (radio)	14,9
Informação sobre canais de TV ou arquivos de vídeo (TV)	21,6
Informação sobre resultado das votações (vote)	23,0
Informação sobre jornais (jornal)	24,3

Fonte: BATISTA e VIANA, 2006, p. 25.

Tabela 7 – Ocorrência das variáveis estudadas (%) – cont.

Variável	Ocorrência (%)
Informação sobre publicações (public)	28,4
Informação sobre presença nas sessões (presen)	32,4
Informação sobre licitações e contratos (licit)	41,9
Informação sobre consulta a proposições legislativas (proj)	47,3
Informação sobre contato com vereadores (falever)	63,5
Informação sobre ordem do dia (orddia)	64,9
Informação sobre telefones para contato da Casa (fone)	71,6
Informação sobre Regimento Interno (regint)	73,0
Informação sobre relatório de gestão fiscal (contab)	73,0
Informação sobre composição das comissões (comcom)	73,0
Informação sobre estrutura ou função das comissões (estcom)	77,0
Informação sobre composição da Casa (comcas)	79,7
Informação sobre fale conosco ou e-mails da Casa (mail)	79,7
Informação sobre notícias on-line ou boletim informativo (notic)	79,7
Informação sobre estrutura ou função da Casa (estcas)	82,4
Informação sobre Lei Orgânica (leiorg)	83,8
Informação sobre atual legislatura (comver)	87,8

Fonte: BATISTA e VIANA, 2006, p. 25.

Tomadas duas a duas, algumas considerações relevantes podem ser percebidas a partir da análise das intersecções entre as variáveis. Vale destacar, principalmente, as tabelas de contingência das variáveis que representam informações de interação e que, nesse sentido, podem ser consideradas como canais de acesso dos representados e representantes. Dentre elas a existência de telefone da casa legislativa para contato (**fone**), com 71,6%, e de fale conosco ou e-mail da instituição (**mail**), com 79,7%, são os principais destaques.

É importante observar o cruzamento dessas variáveis (**mail e fone**), conforme tabela abaixo. Nele verifica-se que 67,6% tem ambos os meios de comunicação e 83,9% tem pelo menos um canal para contato com a instituição legislativa.

Tabela 8 – Ocorrência das variáveis estudadas (%)

		mail		Total
		Não	Sim	
fone	Não	16,2	12,2	28,4
	Sim	4,1	67,6	71,6
Total		20,3	79,7	100,0

Fonte: BATISTA e VIANA, 2006, p. 25.

No exame das variáveis agrupadas, informação institucional (**institucional**), informação processual (**processual**), informação interativa (**interativa**), acesso à comunicação (**comunicação**) e informação para a cidadania e prestação de contas (**contas**) e de suas modalidades (**não ocorrência, insuficiente ocorrência, regular ocorrência, elevada ocorrência, total ocorrência**) os resultados são apresentados abaixo.

Na comparação das ilustrações abaixo, percebe-se nitidamente um deslocamento para a esquerda à medida que se caminha para a disponibilidade de informações de maior interação e responsabilização, tais como o grupo de informações interativas e o grupo de prestação de contas. À esquerda encontram-se os menores valores. Nesse caso, pode-se afirmar que variáveis de maior interação entre representante e representado são menos consideradas pelos gestores dos *sites*.

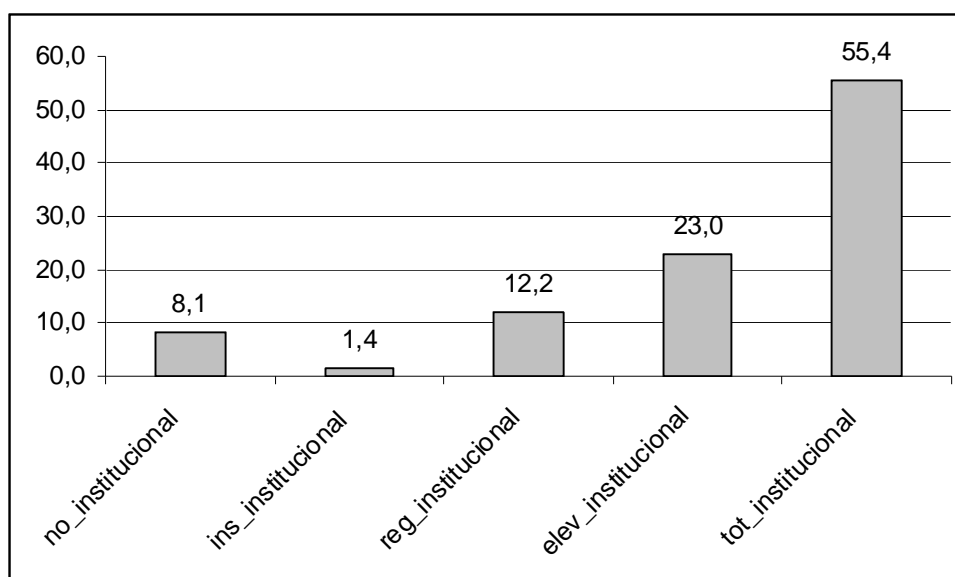


Ilustração 6 – Ocorrência de informação institucional nos *sites* investigados

Fonte: BATISTA e VIANA, 2006.

O grupo de informação institucional (**institucional**) é constituído de variáveis de informações sobre a Casa. É significativa a ocorrência dessas informações nos *sites* das câmaras municipais, com 78,4% de elevada ou total ocorrência.

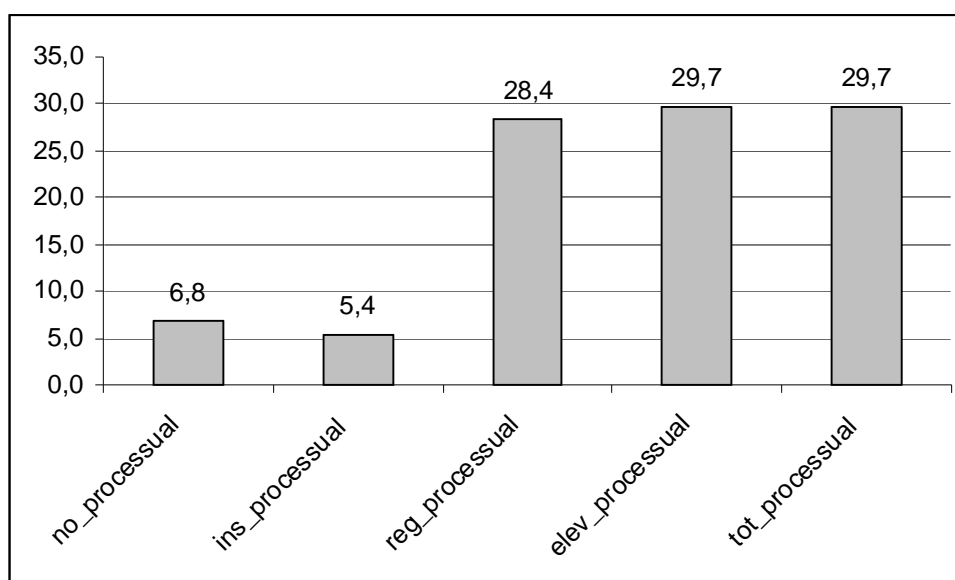


Ilustração 7 – Ocorrência de informação processual nos *sites* investigados

Fonte: BATISTA e VIANA, 2006.

O grupo de informações processuais (**processual**), que ainda representam variáveis procedimentais, possui **regular, elevada e total ocorrência**. É importante perceber que a modalidade **total ocorrência** aparece com menos frequência que na ilustração anterior. Todavia, o gráfico ainda concentra-se predominantemente à direita, comprovando a boa ocorrência dessas variáveis nos *sites* das casas legislativas. Em relação ao gráfico de informações institucionais (ilustração 6), esta ilustração desloca-se levemente para a esquerda.

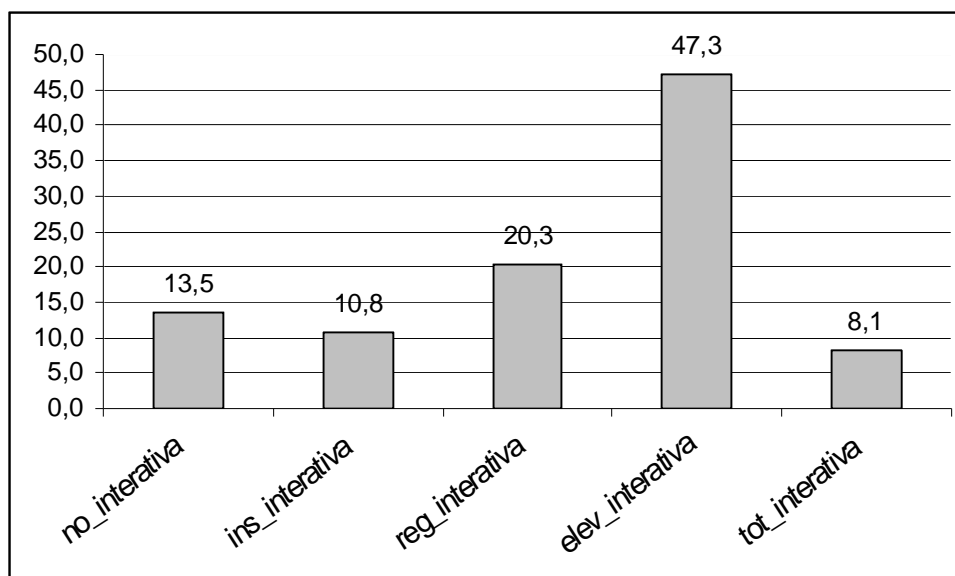


Ilustração 8 – Ocorrência de informação interativa nos *sites* investigados

Fonte: BATISTA e VIANA, 2006.

O gráfico acima (ilustração 8) mostra a proporção de ocorrência do grupo de variáveis de informação interativa (**interativa**). Este grupo aparece em elevada ou total ocorrência em 55,4% dos portais *web* das casas legislativas. É uma boa ocorrência, dada a natureza dessas informações, que são de interação entre representantes e representados e podem significar um canal a mais de participação. Entretanto, a comparação dessa ilustração com as anteriores já permite perceber um aumento da **não e insuficiente** ocorrência.

O grupo de variáveis acesso a outros meios de comunicação (**comunic**) aparece poucas vezes no total dos *sites* investigados. A frequência do grupo dessas variáveis é regular. Na ilustração 9 o gráfico já encontra acentuação à esquerda, que representa a baixa ocorrência dessas informações.

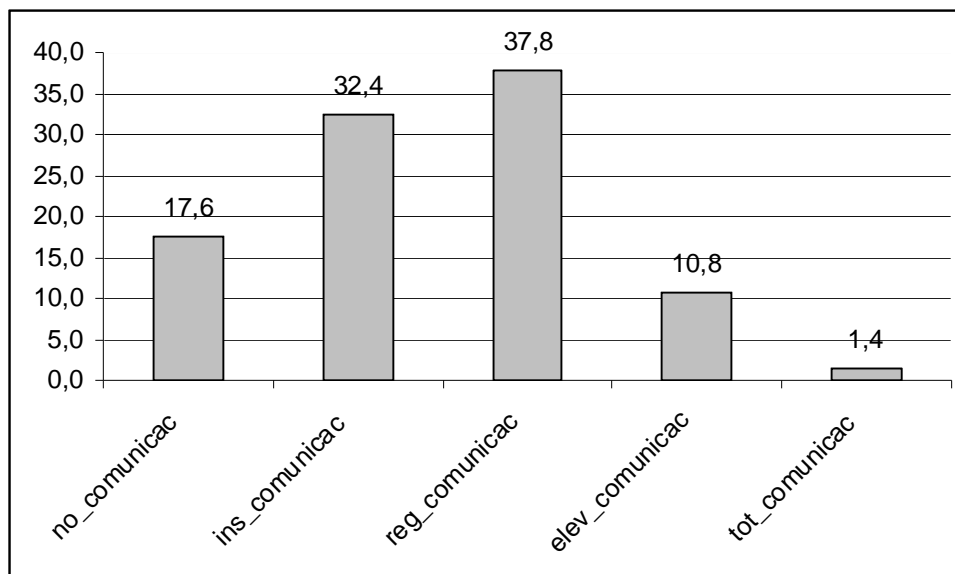


Ilustração 9 – Ocorrência de informação de acesso a outros meios de comunicação nos *sites* investigados

Fonte: BATISTA e VIANA, 2006.

O último grupo considerado é o que reúne em sua composição informações sobre prestação de contas (**contas**). A transparência consultada nos *sites* refere-se à contabilidade e licitações da instituição, e principalmente à presença dos vereadores nas reuniões e a posição dos mesmos em relação às proposituras. A ilustração mostra uma baixa ocorrência (**nenhuma**, **insuficiente** e **regular**) da variável em detrimento da **elevada** e **total** disponibilidade da informação.

Mesmo que não considerado o deslocamento para esquerda, uma vez que tal conclusão é possível apenas se estabelecida uma ordem lógica de disponibilidade da informação, é possível constatar que as variáveis que permitem maior aproximação entre representantes e representados (**interativa**, **comunic** e **contas**) aparecem com menor frequência em relação às procedimentais (**institucional** e **processual**)

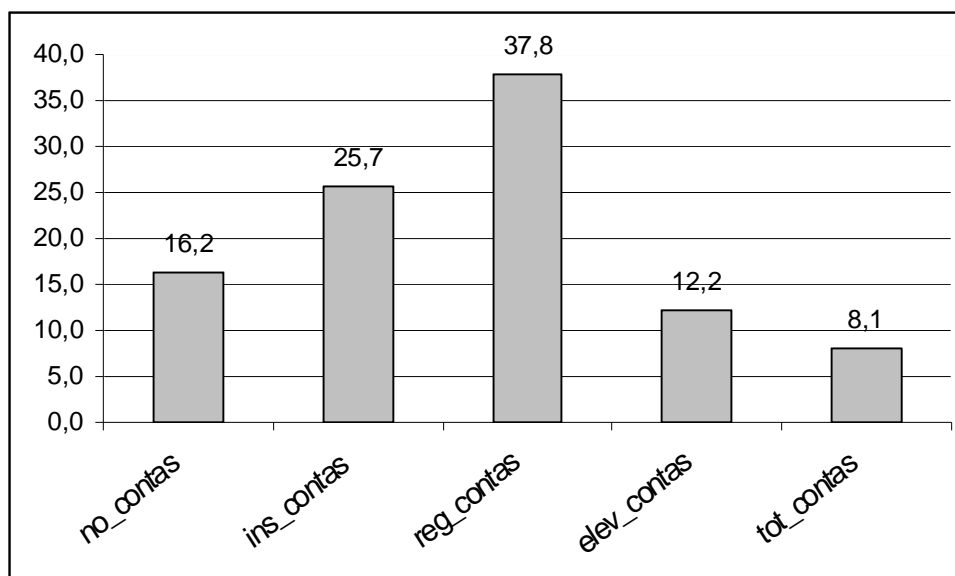


Ilustração 10 – Ocorrência de informação de prestação de contas nos *sites* investigados

Fonte: BATISTA e VIANA, 2006.

Assim, apesar do observado aumento no número de *sites* e na disponibilidade de variáveis consideradas relevantes para a participação, por meio da interação entre representantes e representados, bem como pela prestação de contas ao cidadão, tais informações ainda não confirmam um aumento de possibilidades ou canais de participação. Percebe-se uma preocupação maior com variáveis processuais e regimentais do que com variáveis interativas.

Se considerada a proposta de estudo dessa dissertação, os dados apontam que as tecnologias passam, cada vez mais, a serem usadas em prol da democracia. Isso é comprovado pelo aumento no número de *sites* em relação a estudos anteriores e pelo aumento na disponibilidade de informação ofertada nesses portais. Contudo, uma análise mais aprofundada dos dados mostra que as informações mais frequentes são as de caráter processual e institucional. As informações que poderiam caracterizar um aumento efetivo na participação não são tão frequentes. Assim, não se pode negar o avanço das TICs. Seu papel é

cada vez mais ativo e latente. Todavia, esse papel parece ser praticado dentro de um conceito de democracia contemporânea procedimental.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da revisão bibliográfica sobre democracia, percebe-se a pluralidade de conceitos que permeiam o tema. Ainda assim, os autores analisados neste trabalho – Joseph Schumpeter, Bernard Berelson, Robert Dahl, Giovanni Sartori e Harry Eckstein – compartilham um conjunto consistente de princípios que desenham a chamada democracia contemporânea. Segundo Carole Pateman, as obras desses autores convergem para alguns princípios básicos, segundo os quais a teoria contemporânea da democracia: (i) é um método, um procedimento; (ii) possui como elemento democrático principal a competição entre os líderes pelo voto do povo; (iii) tem como ponto essencial o processo eleitoral, que deve acontecer de maneira periódica e livre, além de representar o controle da maioria sobre os líderes; (iv) expressa a igualdade política pelo sufrágio universal e pela oportunidade igual de acesso a canais de influência sobre os líderes; (v) entende a participação como uma proteção do indivíduo contra decisões arbitrárias dos eleitos.

Além disso, a democracia contemporânea tem uma preocupação com a estabilidade de seu método, e para tanto, agrega em ao seu conceito outras três condições fundamentais: (vi) o consenso em relação às normas democráticas; (vii) a socialização do método dentro das estruturas de autoridades existentes; e (viii) manutenção da participação dentro do necessário para manter a máquina funcionando.

O debate apresentado na revisão teórica, também revela com clareza um conjunto de padrões na bibliografia pertinente às Tecnologias de Informação e Comunicação. Nesse caso,

entretanto, as percepções dos autores giram em torno do tema TICs nas Ciências Sociais, quais sejam: (i) o conhecimento atrelado à rapidez das novas tecnologias provoca modificações na sociedade; (ii) a difusão da informação impacta as diversas esferas públicas ou privadas, governamentais ou não; (iii) o novo arranjo tecnológico gera uma nova barreira entre os que têm e os que não têm acesso às novas tecnologias, a exclusão digital; e (iv) o espaço virtual a ser acessado carece de legislação, bem como de esferas de inserção das múltiplas culturas.

Assim, unindo essas duas linhas teóricas – democracia e TICs – é possível identificar duas vertentes principais entre os autores. A primeira considera as Tecnologias de Informação e Comunicação como mecanismos de profunda modificação social e política e que, por essa razão, modificam as relações democráticas entre cidadão e governo, gerando um novo arcabouço teórico e prático para o regime democrático. A segunda vertente, por sua vez, entende as TICs como instrumentos e, como tal, podem ser incorporados ao debate e à prática democrática conforme conveniência e necessidade de cada caso.

A análise hermenêutica de ambas as vertentes, contudo, não apresenta uma intersecção perfeita. O espaço intersubjetivo dessas duas linhas teóricas é praticamente inexistente, habitado apenas por alguns autores que entendem às TICs como modernizações do método democrático. Dentre os abordados, destaca-se James Fishkin e seu dia de deliberação.

Uma observação mais ampla das duas linhas teóricas, portanto, sugere que bibliografia predominante sobre TICs e democracia não é resultado do confronto direto entre teoria democrática contemporânea e a bibliografia sobre TICs, abrindo espaço para três considerações.

Em primeiro lugar, não se pode afirmar que existe um espaço intersubjetivo claro TICs e democracia. As várias correntes de pensamento identificadas no capítulo “TICs e

democracia” não são convergentes, ou seja, não constroem um agrupamento de princípios que permita afirmar uma inclusão das TICs na bibliografia sobre democracia.

Além disso, a confusão do termo democracia contribui para a não-intersecção entres a bibliografia sobre as novas tecnologias na democracia o espaço intersubjetivo de TICs e de teoria democrática contemporânea. Afinal, as obras que abordam as TICs para a democracia, em sua maioria, não são claras quanto ao tipo de democracia que se referem. E quando são, tendem a abordar o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação para a democracia direta e/ou participativa.

Por fim, há uma indiferença dos autores da teoria democrática contemporânea em relação às Tecnologias de Informação e Comunicação. Essa indiferença pode ser causada (i) pela certeza de que as TICs serão usadas em prol da democracia contemporânea, ou (ii) por receio de que o discurso das novas tecnologias em prol da interação venha a aumentar a participação além do mínimo necessário para manter estável o processo democrático.

Essas razões, portanto, respondem ao questionamento quanto à incorporação das TICs pela bibliografia. Em geral, é possível constatar um arcabouço teórico sobre o impacto das novas tecnologias da informação na democracia, mas quando observada a bibliografia sobre democracia contemporânea, as TICs não são incorporadas ao debate. Na verificação prática do papel das TICs na democracia, o teste dos canais oferecidos pelo Programa Comunidade Virtual do Poder Legislativo (Interlegis), mostra uma tendência de aproximação entre representante e representado.

De maneira geral, a investigação dos *sites* permite verificar que o uso das TICs é atrelado à proposta de aumentar as informações disponíveis ao cidadão. Estudo realizado em 2004 (BATISTA e VIANA, p. 24-25), por exemplo, constatou que 59,9% dos municípios com mais de 50 mil habitantes possuíam *site* de seus legislativos locais e que abaixo dessa faixa populacional o número de municípios com *site* era “estatisticamente nulo”.

De acordo com os números levantados nesta pesquisa, contudo, essa realidade alterou-se sensivelmente, sendo que dos 5.564 municípios brasileiros, 4241 (76,2%) são cadastrados no Interlegis. O cadastro não pressupõe necessariamente a existência de *site*, mas apenas pelo fato fazerem parte do Programa, todos eles possuem, no próprio portal do Interlegis, um espaço para disponibilizarem os contatos das instituições, lista de vereadores e notícias.

Estudos anteriores também mostraram que quanto maior a população, maior a probabilidade de se encontrar *site* (BATISTA, 2002; BATISTA e VIANA, 2004; BATISTA e CASTRO, 2004; BATISTA, 2005). Em comparação com este estudo, contudo, o aumento no número de portais legislativos não se concentrou nos municípios com mais de 50 mil habitantes. De fato, o aumento no número de informações sobre legislativos locais atingiu todas as faixas populacionais, sugerindo um quadro de maior oferta ou disponibilidade de canais de acesso do cidadão aos seus representantes. Observa-se, por exemplo, que dos 4241 municípios, 72,6% utilizam o espaço do Interlegis para disponibilizar um e-mail da instituição, 92,7% um número de telefone para contato e 100% dos municípios investigados apresentam pelo menos um vereador cadastrado com contato no espaço oferecido pelo Interlegis.

É importante destacar também que 67,6% dos *sites* tem ambos os meios de comunicação, e-mail e telefone, e 83,9% tem pelo menos um canal para contato com a instituição legislativa. Além disso, a alta proporção de ocorrência da variável disponibilidade de informação sobre a atual legislatura (**comver**), 87,8%, também demonstra uma alta taxa de disponibilidade da informação para os representados.

Por fim, no exame das variáveis agrupadas – **informação institucional, informação processual, informação interativa, acesso à comunicação, informação para a cidadania e prestação de contas** – percebe-se nitidamente uma redução na ocorrência na medida em que

se caminha para a disponibilidade de informações de maior interação e responsabilização, tais como o grupo de informações interativas e o grupo de prestação de contas. Nesse caso, pode-se afirmar que variáveis de maior interação entre representante e representado são menos consideradas pelos gestores dos *sites*.

Assim, as indicações finais, possíveis a partir dos estudos aqui realizados, permitem perceber que as TICs são instrumentos de grande valor. Apesar da enorme barreira ou privilégio decorrente de seu uso, essas novas tecnologias oferecem um grande potencial para a democracia e seu uso tem sido cada vez mais freqüente. Em geral, a literatura sobre o tema apresenta várias vertentes, mas nenhuma delas ignora as mudanças que esses mecanismos introduzem ou podem introduzir no processo político.

À democracia contemporânea, podem representar um risco, uma vez que não garantem a estabilidade de seu procedimento. Mas podem também representar um avanço. Apesar das dificuldades de perceber e indicar tendências em Ciências Sociais, é possível afirmar, com certa tranquilidade, que tais tecnologias, se devidamente incorporadas ao processo democrático podem auxiliar a participação política e a prestação de contas (*accountability*).

Entretanto, é possível perceber também, que não se pode esperar das TICs a resolução dos problemas da democracia contemporânea. Essa é uma preocupação que requer medidas mais profundas e que avança a fronteira do que as TICs podem ofertar. Deve-se interpretar as novas tecnologias como um novo espaço político e, como tal, representam um espelho dinâmico, barato e horizontal do espaço político do presente. As perspectivas, as interações e formações possíveis dependem mais dos atores do que do cenário e dos meios em si.

Sobre isso, a investigação empírica do presente trabalho permite interessantes considerações. A ocorrência de informações, de maneira geral e se comparada a estudos

anteriores, aumentou sensivelmente. Ainda assim, as informações que poderiam permitir uma maior interação dos atores ou que representam um canal a mais entre representante e representado são menos frequentes que as informações sobre as casas legislativas. Essas últimas, todavia, podem melhorar bastante a qualidade da interação, se forem entendidas como importantes para a educação do cidadão, mas não oferecem um canal de acesso do eleitor ao eleito.

A partir da análise empírica é possível ainda propor algumas recomendações aos gestores públicos: melhoria no acesso aos *sites*, ampliação na disponibilidade de informações, clareza na linguagem adotada e na construção dos portais e, evidentemente, a expansão do número de *sites*. Apesar da constatação de aumento no número de páginas *web* das câmaras de vereadores, é importante ressaltar que tais *sites* são, em geral, visualmente poluídos e que as informações não são facilmente encontradas.

Por esse motivo, sugere-se uma política de uniformização dos *sites*, inclusive, com um consenso acerca das informações relevantes a serem disponibilizadas e com uma estrutura de endereço padronizada. Sugere-se, também, um melhor aproveitamento dos recursos dos *sites*. Afinal, se uma instituição já possui a tecnologia suficiente para manter uma página *web*, pode aperfeiçoá-la sem maiores custos, disponibilizando todas as demais informações. Por exemplo, se uma casa legislativa possui um *site* e já divulga um **e-mail para contato** neste *site*, não haveria um aumento significativo de custo para disponibilizar o **telefone para contato**.

Por fim, no que diz respeito ao âmbito acadêmico, sugere-se a continuação do presente trabalho por meio da atualização dos dados aqui levantados, do monitoramento de novos *sites*, da aplicação por estado ou região brasileira e mesmo pela ampliação para outros países. Além disso, sugere-se a investigação também do papel das TICs em outros tipos de democracia, e não apenas da teoria democrática contemporânea.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABONG. **ONGs no Brasil: Perfil e Catálogo das Associadas à ABONG**. Brasília: ABONG, 2005. Disponível em: <www.abong.org.br> Acesso em: 15 mai 06.

BARBER, B. *Pasión por la Democracia*. Córdoba: Editora Almuzara, 2006.

BATISTA, C. **Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs – para melhoria da governabilidade local**. Brasília: UNESCO, 2003.

_____; VIANA, F. **Estudo da presença de indicadores nos sites das câmaras municipais brasileiras**. Monografia (Graduação em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

_____. **Base de dados de todos os municípios cadastrados no Interlegis e de 223 câmaras legislativas**. Base de Dados Tropical. 2006. Disponível em <www.unb.br/ceam/np3>

_____.; CASTRO, P. **Estudo da divulgação de contas públicas e fatores indicativos de transparência nos sites dos governos municipais latino-americanos**. Monografia (Graduação em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

BERELSON, B. *Voting: A study of opinion formation in a presidential campaign*. Chicago: Chicago Press, 1954.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia: uma Defesa das Regras do Jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a Teoria da Ação**. São Paulo: Editora Papyrus, 2003.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. v.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **A Sociedade em Rede**. v.2. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2001.

_____. **A Galáxia da Internet: Reflexões sobre a Internet, os Negócios e a Sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

CUNHA, M. A. **Meios eletrônicos e transparência: a interação do vereador brasileiro com o cidadão e o poder executivo**. In X CONGRESSO INTERNACIONAL DA CLAD SOBRE REFORMA DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Santiago: CLAD, 2005. Disponível em: <www.clad.org.ve/fulltext/0052542.pdf> Acesso em: 23 abr 06.

DAHL, R.. **Sobre a Democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

_____. **Poliarquia**. São Paulo:Edusp, 2005.

EISENBERG, J.; CEPIK, M.(Org.) **Internet e Política**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

ECKSTEIN, H. *A Theory of Stable Democracy*. Princeton: Princeton Univ, 1962.

GADAMER, H. **Verdade e Método: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

INTERLEGIS. **O Interlegis**. Brasília: Interlegis, 1999. Disponível em: <http://www.interlegis.gov.br/informacoes_institucionais> Acesso em: 10 fev 05.

NUNES JUNIOR, A. **A pré-compreensão e a compreensão na experiência hermenêutica**. Teresina: Jus Navigandi, 2003.

PATEMAN, C. **Participação e Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

PORRAS, J; ARAYA, R. (Org.) *E-democracia: Retos y Oportunidades para el Fortalecimiento de la Participación Ciudadana y la Democracia en la Sociedad de la Información*. Santiago: Universidade Bolivariana, 2003.

RICOEUR, P. *Du Texte à L'Action*. In *Essais d'herméneutique II*. Paris: Collection Esprit/Seuil; 1986.

SARTORI, G. **A Teoria da Representação do Estado Representativo Moderno**. Belo Horizonte: Rev. Brás. Est. Polit., 1962.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SILVEIRA, S. A.; CASSINO, J. **Software Livre e Inclusão Digital**. São Paulo: Editora do Brasil, 2003.

SORJ, B. **Brasil@povo.com: A Luta Contra a Desigualdade na Sociedade da Informação**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

STOCKLER, M. L. S.; BARBOSA FILHO, M. B. **História Moderna e Contemporânea**. São Paulo: Scipione, 1991.

TELEFÔNICA. **A Sociedade da Informação no Brasil**. São Paulo: Editora Takano, 2002. Disponível em: < <http://www.telefonica.com.br/fundacao/>> Acesso em: 13 out 2005

APÊNDICE A – Ocorrência das variáveis por estado

UF	Ocorrência (%)
AL	1,4
AM	1,4
BA	6,8
ES	2,7
GO	1,4
MG	9,5
MS	2,7
MT	4,1
PA	2,7
PE	1,4
PR	2,7
RJ	1,4
RR	1,4
RS	14,9
SC	2,7
SE	2,7
SP	39,2
TO	1,4
Total	100,0

Fonte: BATISTA e VIANA, 2006.

APÊNDICE B – Ocorrência das variáveis por região

Região	Ocorrência (%)
Centro Oeste	8,1
Nordeste	12,2
Norte	6,8
Sudeste	52,7
Sul	20,3
Total	100,0

Fonte: BATISTA e VIANA, 2006.

ANEXO A – Existência de *sites* legislativos municipais brasileiras

Categorias	Frequência	Proporção (%)
Possui <i>site</i>	15	7,8
Não possui <i>site</i> ou <i>site</i> não encontrado	177	91,7
<i>Site</i> em construção	1	0,5
Total	193	100

Fonte: BATISTA e VIANA, 2004.

Categorias	Possui <i>site</i>	Não possui <i>site</i> ou <i>site</i> não encontrado
até 50 mil	40,0	96,6
acima de 50 mil	60,0	3,4
Total	100,0	100,0

Fonte: BATISTA e VIANA, 2004.

Categorias	Frequência	Proporção (%)
Possui <i>site</i>	136	59,9
Não possui <i>site</i> ou <i>site</i> não encontrado	83	36,6
<i>Site</i> em construção	8	3,5
Total	227	100,0

ANEXO B – Ocorrência das variáveis estudadas, em 2004

Variável	Proporção (%)
Atual legislatura (lista dos vereadores)	91,9
E-mails para contato	89,7
Composição da Casa	89,0
Estrutura ou função da Casa	86,0
Composição da comissão	79,4
Estrutura ou função da comissão	77,2
Contato com vereadores	77,2
Notícias <i>on-line</i> ou boletim informativo	71,3
Lei Orgânica	69,1
Telefones para contato	68,4
Regimento Interno	64,7
Ordem do dia	61,0
Relatório de gestão fiscal	61,0
Consulta a proposições legislativas	52,9
Licitações e contratos	36,0
Canais de Tv ou arquivos vídeo	19,1
Presença nas sessões	18,4
Publicações (textos técnicos, acervo)	14,7
Contato com partidos	12,5
Jornais	8,1
Rádios ou arquivos áudio	5,9
Resultado das votações	4,4

Fonte: BATISTA e VIANA, 2004.